



3 1761 06676062 0

BRIEF

Z

00 61824



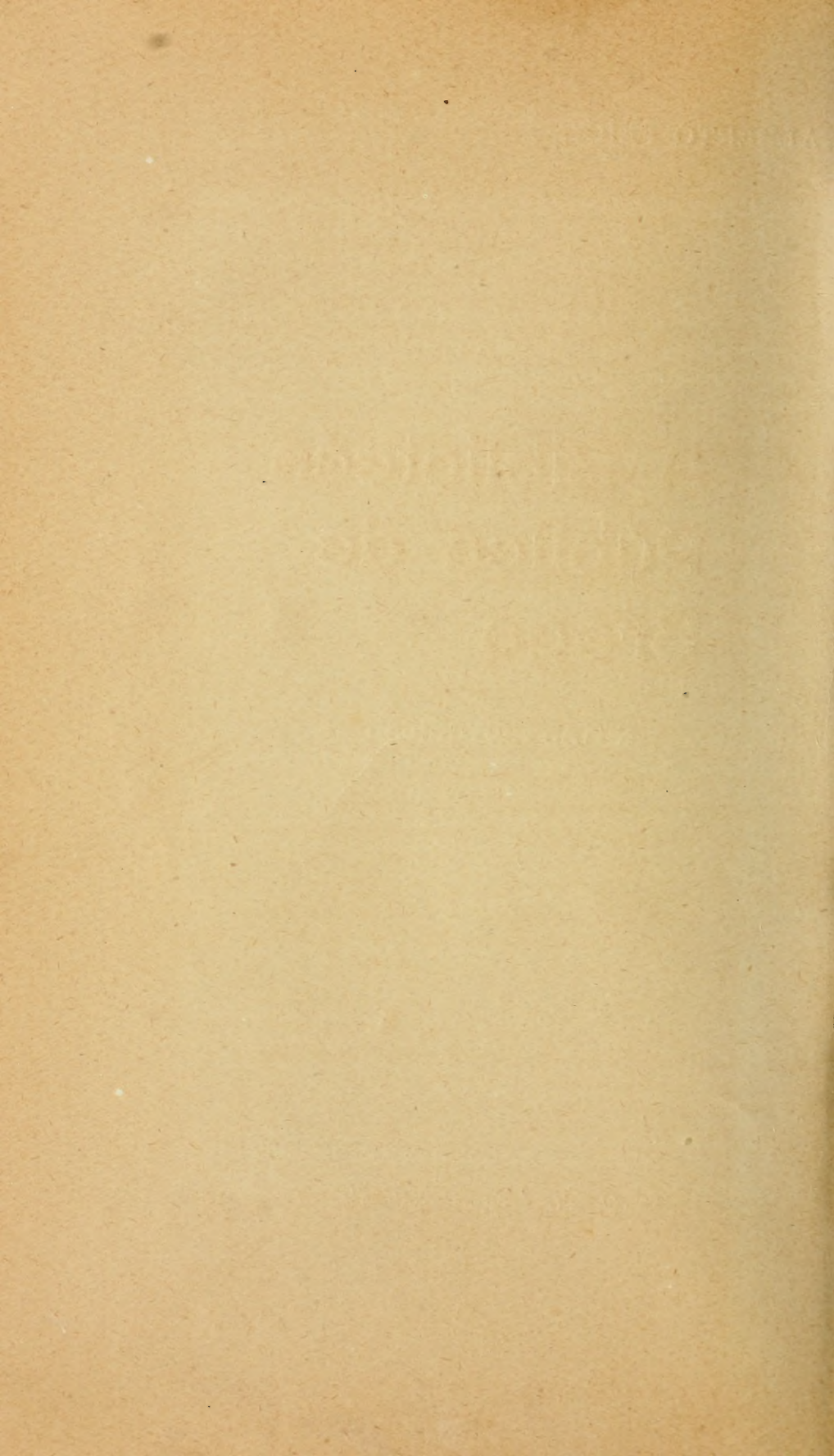
ALBERTO FEIO

A Biblioteca Pública de Braga

NOTAS HISTORICAS



BRAGA = Tip. do Arquivo Distrital = 1920



A BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA



Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

ALBERTO FEIO

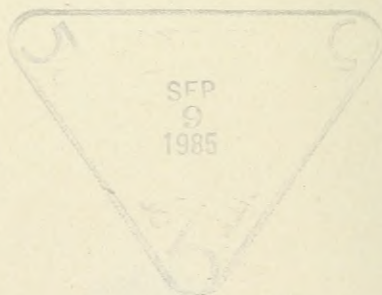
A Biblioteca Pública de Braga

NOTAS HISTORICAS



BRAGA = Tip. do Arquivo Distrital = 1920

Separata do BOLETIM DA BIBLIOTECA PÚBLICA E DO
ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, vol. I, 1920.



brief
Z

0061824

A Biblioteca Pública de Braga

A existencia de um volume com o ex-libris — *Da livraria publica de Braga* — em letra dos fins do seculo XVI, denuncia ter havido nesta cidade uma Biblioteca Pública, que precedeu a actual. Nem tal facto é de extranhar sabendo-se que os *estudos* ou escolas públicas criados pelo arcebispo D. Diogo de Sousa nos começos do seculo XVI, e no mesmo seculo aperfeiçoados e dotados pelos sucessores do grande prelado, Infante D. Henrique e D. Baltazar Limpo,¹ deveriam forçar á instalação duma livraria pública, onde os classicos fossem lidos pela multidão² que acorria ás lições dos

¹ Provisões dos arcebispos sobre os estudos — Arq. Dist. de Braga, col. da Mitra — D. Rod. da Cunha, Hist.^a Eccl. de Braga, II, 298 e 314.

² As escolas de Braga tiveram sempre grande concorrência, explicavel pela densidade da população nas provincias do norte e pela grande quantidade de letrados necessarios para os «ofícios» do arcebispado e seus numerosos coutos. No tempo de Clenardo «já não havia lugar para os ouvintes» nas escolas, (Dr. G. Cerejeira, O Renascimento em Portugal, I, 91 e 92). Nos meados do seculo XVIII «inumeravel copia de Mossos estudantes das duas provincias concorria á cidade a frequentar as aulas». O collegio de S. Paulo «era uma Universidade e trazia mais de dous mil estudantes» (Inácio José Peixoto, Memórias, Ms. n.º 478 da Biblioteca Púb. de Braga).

mestres da Renascença, entre os quais brilharam Nicolau Clenardo e Vaseu.

Nenhum outro documento aparece, porém, a confirmar o asserto.

Temos, entretanto, noticia de uma livraria existente na claustra da Sé, legada ao Cabido por D. Fernando da Guerra¹ e acrescentada por D. Jorge da Costa, o segundo do nome, irmão do celebre Cardial d'Alpedrinha, o que remonta a sua origem a meados do seculo XV. Um inventário desta coleção, feito em 1612 por ordem de D. Fr. Aleixo de Menezes, hoje no Arquivo Distrital de Braga, dá interessantes noticias sobre as especies ali existentes — manuscritos e incunabulos — onde largamente se representavam os classicos greco-latinos. Esta livraria desapareceu no começo do seculo XVIII, como se infere duma nota do desembargador Inácio José Peixoto² apôsta na ultima folha do inventário e que diz: «Nada destes livros ha hoje: estavam na Sé no poder dos fabriqueiros que os perderão: taes foram os S.^{res} fa...» Peixoto não acabou a palavra, talvez com o mesmo sentimento de indignação com que hoje lamentamos a perda daquele tesouro. João Pedro Ribeiro acrescenta que a livraria foi vendida a «Livreiros e Bate-Folhas» pelo conego Bento Ma-

¹ Testamento de D. Fernando da Guerra, Arq. Dist. de Braga, Col. do Cabido, Gav. de testamentos, n.º 68.

² Inácio José Peixoto foi dos homens mais cultos do seu tempo em Braga. Foi eleito socio da Academia, mas não aceitou para «evitar despesas». A acrescentar á sua obra, mencionada no vol. 10 do Dicionario Bibliografico, de Inocencio, ha dois volumes de *Memorias de Braga*, folio, um dos quais pertence á Biblioteca bracarense e outro ao sr. Dr. José Machado. Foi o arquivista da Mitra, deixando nas capas de muitos documentos interessantes observações. Vêr João Pedro Ribeiro — Diss. vol. 2 — pag. 210.

ciel.¹ Este conego tomou posse em 20 de fevereiro de 1687, sendo eleito pelo cabido em 20 de dezembro de 1695 para contador-mór e fabriqueiro, lugar que occupou até 1709 em que desaparecem noticias suas.² Foi portanto entre estas duas datas ultimas que foi destruida a livraria.

Não era esta, todavia, a livraria pública. No inventário de 1612 não figuram livros impressos no seculo XVI, evidenciando-se assim o desinteresse do cabido pelas letras, que não procurou acrescentar um só volume áqueles que, certamente com outro fim, lhe tinham sido generosamente doados.

A *livraria pública* deveria ter existido nas escolas de S. Paulo, entregues em 1560 aos Jesuitas pelo arcebispo Fr. Bartolomeu dos Martires, e de todo perdida após a expulsão da Companhia em 1759.

*

* *

Corriam quase seis anos de abandono e ruina sobre as livrarias dos conventos e mosteiros da provincia do Minho, extintos pela lei de 28 de maio de 1834, quando pelo espirito dum velho amigo de Garrett, seu companheiro de exilio e poeta tambem, passou a ideia da fundação de uma Biblioteca Pública, na cidade de Braga. De volta ao paiz, em 1832, esse amigo do poeta reformador do teatro nacional, seu companheiro do clube dos *Jardineiros* durante a vida academica, fôra nomeado official maior da Prefeitura do Minho, lugar

¹ Cartas a Cenaculo, in Boletim de Bibliographia Portugueza, 1879.

² Arq. Dist. de Braga — Livro das posses do Cabido e Livro dos Acordãos, vol. 1.

«inferior sem duvida ao seu merito e probidade» como nota Innocencio, e de que, por fidelidade á Carta, pediu a demissão a seguir á revolução de setembro de 1836, sendo-lhe concedida logo a 18 do mesmo mês. Resolvido a não accitar «por escrúpulos políticos» mais cargos públicos, a-pesar das instancias dos amigos, ficára desprovido de recursos e cercado de privações, que procurava minorar com a venda dos livros que possuia, resolvendo-se a imprimir o poema de Florian — *Eliezer* — que, ainda no exilio, começára a traduzir em versos portuguezes, para assim conseguir «mais uma fatia de pão duro para subsistencia.» Foi esta publicação que a Manuel Rodrigues da Silva Abreu, que tal era o cidadão illustre a quem nos referimos, deu ensejo para o reatamento das relações com Garrett, interrompidas durante cinco anos, e a quem escreveu em 1839, solicitando a protecção do escritor para a pequena obra que dava a publico.¹ Recebido carinhosamente por Garrett, que lhe extranha *ainda* os motivos que o obrigaram a deixar o serviço público, como que a mostrar-lhe desejos de o proteger em qualquer pretensão, Silva Abreu concebe a ideia da fundação de uma biblioteca, em que podesse exercer o lugar de bibliotecario, occupação que julgava unica para si, porque todas as relu-

¹ Cf. Pinheiro Chagas, Diccionario Popular, I, pag. 24. — Gomes d'Amorim. — Garrett, Memórias Biographicas, II, pag. 514-515, onde se lê a interessante carta dirigida por Silva Abreu ao amigo. Em nota diz-se que os papeis de Abreu foram vendidos pela viuva. Não é verdadeira tal noticia, pois que a mulher de Abreu, com quem ele não vivia desde que voltara do exilio, e por motivo mui diverso do apontado por Amorim, não existia já á data do seu falecimento. Abreu vivia só, numa pequena casa em frente á igreja de S. Vicente, servido pela familia do sacristão da mesma igreja, João Lourenço de Lemos, que depois foi o primeiro servente da Biblioteca.

tancias seriam vencidas pelo seu conhecido amor às letras.¹

Garrett não entendeu bem o pensamento do amigo, e supondo tratar-se dum lugar no liceu, escreveu-lhe para que o requeira à rainha. Abreu, por seu lado, imaginando que os liceus podiam admitir bibliotecarios privativos procura informar-se, escrevendo neste sentido ao protector. Tem esta carta a data de 26 de setembro de 1839.

Por esse tempo vem fixar residencia em Braga o deputado Antonio José Lopes Alheira, velho amigo de Abreu e de Garrett. Conhecedor da aflitiva situação do austero companheiro, Alheira procura ajudar Garrett na tarefa de lhe procurar algum conforto.

Silva Abreu vivia quase na miseria, apesar de ter «abertas as portas de quatro familias respeitaveis, onde podia entrar bem recebido e agasalhado», como confessa em carta dirigida a Garrett, porém repugnava-lhe essa «atmosfera que devia encurtar-lhe o alento». Não vendo Garrett saída ao pedido do amigo, ofereceu-lhe o lugar de secretário da administração da vila de Viana. O homem que tinha abandonado o lugar de official do governo civil, onde «sofreu o martírio de tal posição», não podia aceitar um cargo em tudo identico ao primeiro. Deu ao seu protector suficientes razões de escusa, que, pelas referencias de Gomes d'Amorim, eram reveladoras de grande aprumo moral.²

Presidia então á Câmara Municipal de Braga um lúcido espirito, bacharel Luis Joaquim Pereira de Mesquita — amigo de Lopes Alheira e admirador de Silva Abreu.

¹ Amorim, op. cit. II, 523.

² Op. cit. II, 533 e seg.

Por influencia dos dois a Câmara enviava ao Governo uma representação, datada de 20 de maio de 1840, na qual, depois de ponderado o desleixo em que se encontravam as livrarias dos extintos conventos do distrito de Braga, expostos á destruição em diferentes depósitos — «sem que o publico podesse tirar dellas o mais pequeno proveito — desejosa (diz a Câmara) de ser util ao municipio pelos meios ao seu alcance — de bom grado se offerecia a concorrer para o estabelecimento duma Bibliotheca Publica, provendo para esse fim ás despesas necessarias do material e pessoal». ¹

Conhecida de Garrett, por intermédio de Alheira, a representação do municipio bracarense, logo o poeta insta com o ministro do reino, em 12 de junho, para que Abreu seja nomeado bibliotecario. Obtido o assentimento do ministro é o proprio Garrett quem redige a portaria, sendo tal facto comunicado por Alheira a Silva Abreu, que recebe a noticia com alvoroço. ² Estava dado o primeiro passo definitivo para a criação da Biblioteca bracarense.

Efectivamente, em 27 de julho de 1840, era pelo Ministerio do Reino expedida á Administração Geral do distrito de Braga a portaria escrita por Garrett, concebida nos seguintes termos:

«Convindo encarregar desde já um homem Litterato do cuidado de colligir e examinar as Bibliothecas dos extinctos conventos do Districto de Braga, fazer os respectivos cathalogs, e informar sobre o apreço dos differentes manuscriptos que ali existem:

Manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos

¹ Arq. M.^{al} de Braga — Livro das representações.

² Amorim, op. cit. II, 576, 577 e 595.

Negocios do Reino, participar ao Administrador Geral do mesmo Districto, para sua intelligencia e demais effeitos necessarios, que attendendo ao merito e boas lettras do Bacharel Manoel Rodrigues da Silva Abreu; Houve por bem encarrega-lo da supracitada diligencia, com a gratificação mensal de vinte mil reis, cumprindo que o dito Administrador Geral vá sucessivamente informando por este Ministerio do resultado dos trabalhos do mencionado Bacharel. Palacio das Necessidades em 27 de julho de 1840. — RODRIGO DA FONSECA MAGALHÃES.»

Em 6 de julho era a portaria transmitida, por cópia,¹ a Silva Abreu e, nesse mesmo dia, entregava-lhe o Administrador Geral as chaves das livrarias conventuais, começando ele, desde logo, os trabalhos de que fôra incumbido. Durante quatro meses trabalhou sem que da prometida gratificação lhe chegasse um real apenas, e sem que o tesouro dispendesse a mais insignificante quantia com o serviço que fôra ordenado. Pereira de Mesquita, presidente do municipio, procura sanar o mal, fazendo com que a Câmara envie uma segunda *representação, dirigida agora à assembleia legislativa, e datada de 30 de outubro, oferecendo-se, com uma nobilissima vontade e patriotismo digno de reparo em coisas desta naturêza, para sem perda de um momento, fazer transportar todos os livros para o convento da congregação do Oratório, e ali estabelecer a Biblioteca Pública; reiterando a oferta feita em 20 de maio para «de bom grado concorrer, ao menos, com as despesas do material e pessoal, necessarias para o immediato estabelecimento da Bibliotheca Publica, em quanto

¹ A cópia e officio de remessa guardam-se na secretaria da Bibl. Púb.

as forças do Thesouro não fossem bastantes para prescindir de tal concorrência». ¹ Apesar da brevidade solicitada pela ilustre vereação, só em 13 de julho de 1841 foi promulgada a carta de lei autorizando o *imediato estabelecimento* da Biblioteca Pública, e designando o extinto convento dos Congregados do Oratório para sua instalação.

Em sessão de 13 de agosto era lido um officio do Administrador Geral remetendo tres cópias da citada lei, deliberando a municipalidade executa-la logo, e convocar uma sessão extraordinária, a que fosse presente Silva Abreu, para tal convidado por officio, para com seu conselho em materia tão delicada se assentar no que fosse mais conveniente. Resolveu-se nessa reunião extraordinária, realisada logo a 16, que Abreu fosse considerado empregado do município, já porque a lei nada dispunha em tal sentido, já porque assim seria a melhor maneira de garantir o pequeno vencimento ao honesto trabalhador. Encarregou-se Joaquim José da Costa Rebelo ² de elaborar, de acordo com Abreu, o plano e orçamento das obras a realisar, autorizando a Câmara o vereador das obras a fazer as despesas necessarias para o transporte dos livros, dando-se mais a Abreu os meios indispensaveis para a continuação do trabalho iniciado. ³

Braga ia ter enfim uma Biblioteca que lhe prometia as maiores vantagens, pois que, no interessante dizer de Abreu, «em area mui circumscripita, pode instruir e moralisar um milhão de entendimentos e de vontades».

¹ Arq. M.^{al} — Representações.

² Mais tarde 1.º Barão da Gramosa.

³ Arq. M.^{al} — Livro das Vereações de 1840-41, fl. 156 v.º e 158.

A pedido de Abreu, deliberava a vereação braca-rense, em 20 d'agosto, que ele pudesse escolher um auxiliar «homem fiel e de trabalho» para o ajudar na ardua tarefa iniciada.

Como a prometida gratificação do Estado não chegava, Abreu solicitou e obteve que a Câmara o considerasse seu empregado com o ordenado anual de 300\$ reis, em acordam de 11 de setembro.

Garantida, assim, a suspirada «fatia de pão» o illustre e honrado funcionario partiu logo para Guimarães, acompanhado do seu escolhido fiel, com o fim de recolher a Braga as livrarias conventuais daquela região. Neste aturado trabalho gastou o resto do ano de 1841 e os primeiros três meses do ano seguinte.

De regresso a Braga recomeça com o improbo trabalho da organização da Biblioteca, enchendo trinta e uma celas do convento do Oratório com a massa enorme de vinte livrarias monasticas, procedendo cuidadosamente à escolha e classificação dos volumes, que, descidos ao primeiro andar, eram colocados em estantes provisórias.

Entretanto a illustre vereação começava activamente as obras para a grande galeria gisada por Abreu, para que tinha votado 1:700\$000 reis.

Por *Carta Regia* de 26 de agosto de 42, sobre decreto de 16 de junho, era Abreu definitivamente nomeado bibliotecário de Braga.

A mutua e harmonica confiança havida entre Abreu e as vereações de 41 e 42 era penhor seguro da realização completa do belo plano estabelecido, devendo, por isso, ser em pouco tempo satisfeita a ânsia dos que, quanto antes, desejavam uma Biblioteca para uso público.

Mas, como cenário de mágica, a confiança e a harmonia cederam subitamente o lugar à discórdia e à violência, em prejuizo do nascente estabelecimento.

Embaraçosas dificuldades vieram ao austero organisador da Biblioteca bracarense com a entrada de nova vereação, em 1843. O velho sestro, já no século XVI notado pelo místico Fr. Tomé de Jesus, de «que sucessores nunca levão avante desenhos dos antecessores»¹ não devia ser estranho aos acontecimentos que seguem.

E' certo que, ainda em 21 de janeiro, Silva Abreu merecia á nova Câmara «a mais illimitada confiança»,² mas este merito do sacerdote em nada valeu ao templo. Assim, tendo as obras de instalação sido dotadas com 1:700\$000, de que apenas estavam gastos 518\$000 reis, a nova vereação — presidida agora por Antonio Vieira de Araujo — resolve não incluir o restante no novo orçamento, aprovado em 1 de fevereiro, distraindo daquele respeitavel destino o dinheiro votado anteriormente.³ Como consequência deste acto, paralisaram, desde logo, as obras da grande galeria.

Não era isto bastante, todavia, para a sanha da infeliz vereação. Era preciso inutilisar tambem os trabalhos de organização. E, para isso, resolve substituir o servente, escolhido por Abreu e homem de sua confiança, como cumpria para boa guarda dos valores, ainda por inventariar, que lhe estavam confiados, pon-do em seu lugar um mendigo, velho e doente, e demais a mais arruinado no conceito público. O proprio vereador encarregado de propor a troca a Silva Abreu lhe declarou que ela «não podia deixar de ser perniciososa para a Bibliotheca». A proposta foi repelida pelo

¹ Carta a Fr. Agostinho de Jesus, provincial dos Eremitas de S.^{to} Agostinho, adiante publicada.

² Arq. M.^{al} — Vereações de 1842-43.

³ Orçamento m.^{al} para 1843, publicado em folha avulsa.

honesto funcionário, que, em termos de impecável cortesia, mostrou a impossibilidade de anuir a semelhante escambo, em officio de 7 de fevereiro, e que, querendo levar mais longe a sua urbanidade, foi pessoalmente dar as precisas explicações ao presidente do município, retirando-se «inteiramente persuadido de que o deixou satisfeito.»¹

Enganou-se. Vieira d'Araujo tinha um génio sabidamente velhaco, áspero e vingativo. Para aniquilar o homem que ousou contraria-lo, não admitindo a injustiça da expulsão do servente, nem se prestando a assinar folhas de esmolas, ou torpemente fingir trabalhos que o afilhado não podia realizar, o presidente não hesitava em sacrificar o estabelecimento a que esse homem dava todo o carinho e affecto, tanto mais que isso estaria, talvez, no seu plano, a avaliar pela paragem das obras de instalação. E' possível que esta má vontade tenha outra explicação.

Vieira d'Araujo foi um dos que adquiriu grande numero de bens dos extintos mosteiros, não levando certamente a bem que o organisador da Biblioteca fosse arrecadar os livros, que ele desejaria esquecidos nos predios que occupava. Esta hipótese só tem a aboná-la a notoria fama de sua duvidosa probidade e maus instintos, que ainda hoje velhos repetem.²

¹ Relatorio do bibliotecário, na sec. da Bib.

² Um dos actos que bem mostra o seu character é o seguinte: Um official de infantaria 8 raptou-lhe uma filha, que levou para a casa que habitava no quartel daquele regimento. No dia seguinte de manhã foi prende-la com cabos de policia, obrigando-a a atravessar a cidade sob prisão, precedida do rufo de três tambores e seguida de um criado com os lençois da cama onde passára a vespereira, até dar entrada no convento de Santa Teresa, sendo por sua ordem apedrejada pelo garotio que se juntou! Para mais vexar a pobre senhora, arranjou, passado um anno, uma festa no convento,

Começava, portanto, a vingança. Em officio e actas de 10 de março seguinte, a Câmara «extranha a continuada precisão dos trabalhos braçaes do Fiel» empregado por Silva Abreu. Ferido pelo pungente da afronta, Abreu queixa-se com amargura de tão absurda vaia de vingança, em officios de 19 e 23 do mesmo mês. A Câmara declara «que foi sem o menor animo de censura que empregou as expressões consignadas na acta do dia 10», resolve arquivar os dois officios, mas, como mais eloquente resposta, despoja o bibliotecário do seu unico e indispensavel auxiliar!

A lei de 1841 nada dispunha a respeito do pessoal, fácil sendo á vereação iludir o espirito que determinou a sua promulgação.

Abreu communicou o estranho facto aos seus amigos, resultando d'aí a apresentação dum projecto de lei á Câmara dos Deputados, pelo qual a municipalidade bracarense ficava o encargo das despêsas com o pessoal e material da Biblioteca, e, alem disso, a obrigação de contribuir anualmente com 80\$000 rs. para compra de novos livros. Com o fim de prevenir o inconveniente de uma vereação futura poder, «por espirito de ignorancia, ou de mal entendida e mesquinha economia», recusar aproveitar-se da autorização concedida pela lei de 41 e consequentemente fechar a Biblioteca já criada, foi este projecto presente, em sessão

em que o egresso Fr. Miguel Justino Alvares se encarregou de provar, sabe Deus com que argumentos, que ela era pura na sua virgindade! Esta pobre senhora, que muito bem conheci ainda no seu habito de carmelita, nunca mais quiz ver o pai, recusando-se terminantemente a sair da clausura para o casamento que o seu raptor insistentemente lhe solicitou. Por ultima manifestação do seu rancoroso feitio, Vieira d'Araujo deixou no seu testamento um par de luvas brancas a cada um dos deputados, que votasse uma lei permitindo aos pais deserdar os filhos!

de 1 de abril de 1843, pelo deputado Francisco Manuel da Costa, então representante da Beira Baixa, mas natural e residente em Braga. ¹ Em sessão de 19 do mesmo mês foi o projecto dado para discussão, sendo lido o respectivo parecer da Comissão d'Instrução Pública, que altera ligeiramente o projecto, notando em seus considerandos a necessidade de colocar a Biblioteca fóra da acção directa duma Câmara, «se por desgraça viesse», que, «menos zelosa pelo progresso das Sciencias, se esquivasse a fazer as despesas», que lhe seriam marcadas na lei a aprovar. Neste parecer é Abreu chamado hábil bibliotecário, classificando-o o relator do projecto de habilissimo. Depois de ligeira discussão, em que, além do apresentante, tomaram parte os deputados Fonseca Magalhães e Alheira, foi o projecto aprovado. ²

Mal o presidente Vieira soube pelos jornais a aprovação do projecto na Câmara dos Deputados, logo correu a Lisboa com o fim — dizia — de queimar a Biblioteca e o bibliotecário. Para facilitar o êxito que desejava, incumbiu os colegas da vereação de representarem á Câmara dos Pares, no sentido de estorvar que o projecto ali tivesse aprovação. Efectivamente a representação seguiu em 8 de maio, com uma lamurienda queixa de falta de meios, terminando desta fôrma: «A Camara Municipal, não podendo... ser coherente com projecto semelhante, por não só exceder suas forças a despesa alli consignada, mas igualmente por extranha á applicação de seus minguados recursos, confia que

¹ 1.º Visconde de Montariol por decreto de 11 de julho de 1870. Foi vereador da Câmara de Braga em 1834 e seu presidente no biénio de 1862-63. Era formado em direito e comendador de Cristo. Foi um dos grandes amigos de Abreu e da Biblioteca de Braga.

² Diário da Câmara dos Deputados. Vol. 4.º — Abril de 1843, pag. 3 e 201.

os dignos Pares do Reino meditando suas circumstancias com a sabedoria e madureza que lhes he propria, não hesitarão em votar a sua rejeição.»¹

Esta representação foi tardiamente conhecida em Braga pelos amigos da Biblioteca. Em todo o caso, duzentos dos mais distintos cidadãos bracarenses, enviando o seu protesto á Câmara dos Pares, declararam que Braga não é uma cidade de barbaros, e que, corridos de vergonha pelo acto da municipalidade, vão provar que ela mentiu na sua representação, terminando com estas palavras: «A Representação de 8 de maio é um anachronismo neste seculo; he uma singularidade de 7 homens que *não entendem* a sua missão; he, a olhos vistos, opposta aos nobres dezejos de uma cidade *eminentemente scientifica e fabril*; he emfim huma vergonha, de que os abaixo assignados, e toda a cidade e municipio, anção quanto antes ver-se lavados e desafrontados». ¹ Este brado louvavel partiu de Braga em 9 de junho. Chegou, porém, muito tarde. Nesse mesmo dia era lido na Câmara dos Deputados o officio da dos Pares comunicando a rejeição do projecto! Vieira de Araujo vencia.

Poucos dias depois, a 16 de junho, o egrégio fundador da Biblioteca bracarense referia-se a este facto, quando na Câmara dos Deputados se discutia o pagamento da livraria do bispo Avelar, com que se iniciara a Biblioteca do Porto. Ali pronunciou Almeida Garrett as seguintes palavras de justiça: «Não ha muito tempo, que uma Lei justissima aqui passou nesta Camara, Lei de muitissima utilidade publica, que tinha por fim obrigar uma Municipalidade de uma terra importante deste Reino, (e das que mais precisa de Instrucção, e que tem sido desde muitos annos um foco de illustra-

¹ Cópia existente na secretaria da Bib. pela letra de Abreu.

ção publica), e que tinha um excedente de suas despesas, a sustentar uma Bibliotheca, que alli estava formada, e que tinha sido organizada sem a Municipalidade ter gasto dinheiro algum na sua co-ordenação, porque foi composta das livrarias dos Conventos extinctos; essa Lei, não sei se diga o porque..., foi rejeitada em outra parte, mas eu sempre digo o porque foi: foi porque os illustres Membros da Camara daquella terra dizem que querem fazer um chafariz, e por isso não querem Bibliotheca: ora fazer um chafariz em Braga, que é a terra dos chafarizes, é uma barbaridade, e muito mais quando se não quer gastar o dinheiro numa Bibliotheca, cuja casa lhe foi dada, cujos livros não foram comprados á sua custa, sómente se não quiz sustentar isto, nem concorrer para a manutenção do pobre Bibliothecario, que é o homem mais competente que conheço em Portugal para ser Bibliothecario; mas em fim o que é certo é que teve habilidade aquella Municipalidade, não sei porque meios, ou se os sei não os quero dizer, de conseguir que essa Lei não passasse por os outros tramites legaes, e que se lhe não impo-^ezesse aquella justissima obrigação.»¹

O decorrer do tempo veio mostrar que Garrett conhecia bem o amigo cuja competencia enaltecia, competencia largamente documentada pelo trabalho de perto de trinta anos.

Em 23 de junho Abreu requereu do Conselho do distrito certidão do orçamento municipal, com o fim de mostrar as falsas alegações do presidente Vieira, publicando no *Appeſo* ao n.º 151 do *Periodico dos Pobres*, do Porto, uma analyse áquele documento, analyse que depois desenvolveu em panfleto com o titulo

¹ Diário da Câmara dos Deputados, vol. 6.º, junho de 1843, pag. 181.

— *A Camara Vieira definida pelo seu Orçamento monstro*, impresso na *Typographia Bracharense*, 1843.

Araujo Vieira, em sessão de Câmara de 30 do mesmo mês, com o manifesto intuito de vexar e perseguir o bibliotecário, resolve «tomar hum pleno e cabal conhecimento dos trabalhos executados na Bibliotheca — tanto na parte scientifica, como na pessoal e material», — e, para isso, nomeia uma comissão composta de dois vereadores — José Joaquim Gomes da Costa e Antonio Lopes Monteiro — juntamente com o bacharel João Marcos Dias e Antonio Pereira de Araujo Junior, a qual deveria informar com seu parecer sobre o andamento dos referidos trabalhos.¹ Quere dizer: era um desafio lançado a Silva Abreu, no qual dois ignorantes da vereação, um cirurgião e um ourives de feira, se deveriam medir com o homem, a quem no parlamento uma das mais brilhantes figuras da literatura portugueza conferira o honroso titulo de *competente* em assuntos biblioteconómicos!

Abreu era funcionário do Estado e não do municipio, sendo a acção fiscalisadôra da Câmara manifestamente ilegal e arbitraria. Entendendo-o assim, o bibliotecário recusou nobremente receber a referida comissão, como participou em officio de 12 de julho. Dois dias passados, a vereação insistia no exame, e nomeava definitivamente a comissão, em que os dois individuos estranhos á Câmara eram substituidos por Manoel José d'Oliveira Maia e pelo P.^e Tomáz Alvarenga, cujas luzes não iam longe dos primeiramente nomeados. Esta resolução foi intimada a Abreu em officio do mesmo dia,² recorrendo ele de semelhante contrasenso

¹ Arq. M.^{al} — Actas da sessão de 30 de junho de 1843.

² Acta da sessão de 14 de julho de 1843, no Arq. M.^{al} e officio da mesma data, na Bib.

para o Governador Civil, que nenhuma providências tomou.

No dia 18 a comissão appareceu para iniciar os seus trabalhos, mas Abreu não se prestou á ridicula farsa. Em consequência disto o presidente Vieira intimou-o, por officio de 21, a dizer as razões do seu proceder. Abreu não se negou a dar-lhas, declarando que os motivos eram os mesmos que já dera em officio de 12, acrescidos da declaração que agora faz de não reconhecer aos vereadores «direito algum para fiscalisar a Bibliotheca no que forem trabalhos scientificos e litterarios os quaes são de sua especial direcção; reduzida como se acha neste ponto a auctoridade da Ill.^{ma} Camara a prover ás despesas do pessoal e material do referido estabelecimento, segundo he expresso na Carta de Lei de 13 de julho de 1841; sendo aliás certo que, na conformidade da Portaria de 2 de agosto do mesmo anno, he somente ao Governador Civil que compete propor as medidas regulamentares que possam ser necessarias, para depois o Governo determinar o que se ha de seguir.»¹ Em sessão de 29 tomou a vereação conhecimento desta resposta, resolvendo que, «em presença do formal despreso e inobediencia com que o bibliothecario se tem havido a respeito das ordens da Camara, sua immediata superiora,»² fosse este suspenso de exercicio e dos vencimentos que lhe pertencem e que recebia pelo cofre municipal, a partir do passado dia 1.^o de julho.

A prepotência e o rancôr assinalavam-se mais uma vez, na carreira de torpezas que semelhante vereação praticava para com o empregado honesto, que, com

¹ Officio de 25 de julho de 1843, na Sec. da Bib.

² Acta da Sessão de 29 de julho, no Arq. «M.»

rara polidez, lhe dera uma lição de justiça e de moralidade, seguida da altiva atitude com que repeliu a inversão de atribuições engendrada para o vexar. Vieira de Araujo devia sentir-se satisfeito com o fecho da sua obra.

Enquanto estes factos se desenrolavam, a municipalidade pretendeu esclarecer a opinião pública, que, pelos modos, lhe era hostil, fazendo afixar nas esquinas um cartaz em que se dizia caluniada, caluniando por sua vez o bibliotecário, a quem acusava de nada ter feito, e terminando por convidar o povo de Braga a uma subscrição voluntária para sustentar a Biblioteca, visto que tanto a desejava! Era a continuação da mentira, com que, em 8 de maio, tinham iludido a Câmara dos Pares.

Como o cartaz não fosse bastante, fizeram publicar um pasquim, em que essa figura de invulgar rigidêz, de inconcussa probidade e nobres sentimentos foi insultada estúpidamente, só porque, como diziam, era «um anachronismo neste seculo» em alusão contraproducente á sabida integridade do honrado bibliotecário! Mas, com a consciência a morder-lhes pelo mal que faziam, mandaram ainda um comunicado para o *Periodico dos Pobres*, comunicado que foi publicado no n.º 176 de 28 de julho, e em que, reeditando os gastos argumentos da representação de 8 de maio, pretendem justificar a pobreza do municipio e o mal recebido convite para a subscrição voluntária. Todos estes argumentos, falhos de verdade e de sinceridade, foram pulverisados na análise do orçamento, a que já nos referimos.

A organização da Biblioteca estava entretanto paralisada, já pela falta do servente, já com a atrabiliária suspensão do bibliotecário. Logo em 26 de julho Abreu levou recurso da iniqua decisão camararia para o Conselho de Distrito, e em 28 para o Ministro do

Reino, a quem pedia que, sem mais empecilhos ou estôrvos da parte da Câmara, pudesse continuar na organização que iniciara. O secretário geral Marques Murta, pessoa da intimidade de Vieira d'Araujo e depois seu genro, contrariou o mais que pôde a decisão do recurso, com o fundamento de que Abreu, em 1841, solicitou e obteve da Câmara a nomeação de bibliotecário, sendo assim legitima a suspensão impôsta. E' certo que este mesmo Marques Murta, como Administrador Geral interino, empossára e recebera o juramento de Abreu, depois da sua nomeação de bibliotecário pela Carta Regia de 42, e portanto não podia ignorar a sua qualidade de empregado do Estado. Mas era aquele o argumento fundamental de que a Câmara se serviu na resposta que, em 11 de agosto, deu ao Conselho de Distrito¹ e tanto bastava para que Murta o perfilhasse, como adulator que era de Vieira de Araujo, em cuja familia pretendia entrar.

O recurso interposto por Abreu para o Govêrno foi em 12 de setembro remetido ao Governador Civil pelo Ministério do Reino, para que a Câmara desse as razões de seu proceder. Vieira d'Araujo, longe de justificar, como lhe cumpria, o acto ilegal e violento, avilta a corporação a que preside, fazendo-a aprovar um libelo vergonhoso contra o pobre bibliotecário. Ali é o homem, que, ainda em janeiro, lhe merecia a mais ilimitada confiança, acusado de imoral, porque sendo casado não vive com a esposa; chamam-lhe irreligioso, porque não é visto em nenhum dos templos da cidade, nem nas solenidades religiosas promovidas pela Câmara, para que tem sido convidado; é acoimado de mau empregado, porque nada tem feito na Biblioteca, e, como remate de tanto despropósito, diz-se que Abreu

¹ Arq. M.^{al} — Acta da sessão de 11 de agosto de 1843.

«suspira por uma Camara de agitadores que em santo ocio o deixe comer o excessivo ordenado de 300 mil reis»! Este desconchavo, prenhe de maldade, enche quase toda a sessão de 15 de setembro, e é assim que os vereadores de 43 respondem á questão de direito, sobre que são ouvidos!¹

Mau grado a Câmara, Abreu era tido na cidade como cidadão exemplar, «coração sem mancha», crescendo-lhe as simpatias com as violencias de que era vitima.

Em 18 de outubro a vereação responde pela segunda vez á intimação do Conselho de Distrito, porque a primeira, de 11 de agosto, ficou esquecida no bôlso do secretario geral Marques Murta. Nesta segunda resposta a Câmara alega as mesmas considerações da primeira, mas, procurando desviar-se da responsabilidade que assumira, declara «que não suspendeu o bibliothecario, mas somente o pagamento dos vencimentos que recebia pelo seu cofre».

Por fim o Conselho de Distrito, em acordam de 4 de novembro, dá provimento ao recurso, anulando,

¹ Arq. M.^{al} — Acta da sessão de 15 de set.^o de 43. Já dissémos que Abreu não vivia com a mulher com quem casou, não pela razão exposta por Gomes d'Amorim (Garrett, Memorias, II, 514) mas por uma questão de honra. Por mais do que uma vez o ouvi da bôca do velho continuo da Biblioteca de Braga, Manoel José Lopes, falecido em 1919, tendo servido ainda com Abreu durante 8 anos, pois foi nomeado em 1861. Este modesto funcionário, a quem terei de me referir ainda, era filho do segundo servente que a Biblioteca teve, sendo educado por Rodrigues d'Abreu, por quem professava uma verdadeira admiração. E', portanto, velhaca e tendenciosa a maneira como a Câmara o pretendeu manchar. Quanto ás outras acusações, os factos demonstram exuberantemente o propósito que as determinou. Abreu era inocente e bom, contrastando com o seu detractor, suspeito de ter mandado assassinar um competidor na compra do convento de Bouro!

por ilegal, a suspensão do bibliotecário e mandando que os ordenados em dívida lhe sejam pagos, visto que só ao Govêrno, pelo seu representante, pertencem os actos que a Câmara se arrogou. A Câmara, porém, declara ao Conselho de Distrito que Abreu se não trabalhou foi porque não quiz, pois ela o não tinha suspenso senão de vencimentos, e que, porisso, entende não lhe dever pagar, pedindo ao mesmo tempo para que o Conselho reconsidere no seu acordam. Alguns dias depois resolve representar ao Govêrno pedindo a revogação da decisão do Conselho de Distrito,¹ para assim, pelo menos, castigar por mais tempo o bibliotecário.

As sessões do Conselho de Distrito faziam-se raras vezes, de maneira que só em principios de março seguinte a questão tem o seu fim, sendo Abreu reintegrado no lugar de que fôra ilegalmente afastado, e isto por intervenção do novo Governador Civil. Em 31 de janeiro de 44 dizia Abreu a um seu amigo: «Já lá vão sete mezes de trabalhos paralyzados na organização da Bibliotheca; — e eu, por egual periodo, soffrendo o esbulho dos meus ordenados, e começando já a vender ao desbarate os meus queridos livros, — com escandalo de todos os homens de bem, que sabem apreciar como cumpre a vida do pobre honesto, no meio de tanta gangrena, immoralidade e prostituição de alguma gente rica!»²

A condenação da Bibliotheca de Braga e do seu illustre organisador, por uma vereação orgulhosa que o cumulava de insultos e de amarguras, não podia ser indifferente a seus amigos e protectores. Assim o revela a renovação do projecto de lei, que fôra rejeitado na Câmara dos Pares em 43, e que novamente surge na

¹ Arq. M.^{al} — Actas de 13 e 29 de dezembro de 43.

² Carta de que tenho a posse.

dos Deputados, a «procurar protecção e abrigo», em sessão de 15 de janeiro de 44. E' seu representante Lopes Alheira, que, no seu discurso, se queixa da falta de consideração que a Câmara dos Pares manifestou, rejeitando *in limine* um projecto *unanimemente* aprovado pelos Deputados. Nesse discurso, o deputado do Minho confirma o que temos escrito, merecendo que dele tiremos estas palavras: «Eu ouvi dizer, Sr. Presidente, que um homem dos suburbios de Braga, hoje presidente da Camara daquella Cidade, homem que, não obstante ser Bacharel em Direito, já não quer saber nem de mais livros, nem de mais lettras, que as lettras de cambio (e alguém lhe acha razão...) viera, de proposito, de Braga à Capital para queimar a Bibliotheca juntamente com o Bibliothecario!...¹ E não direi eu, Sr. Presidente, se o homem obrou por instincto, se por effeito de um plano combinado: mas posso affirmar, que a existencia de uma Bibliotheca em Braga é, pelo menos, um insulto, um epigramma terrivel, lançado contra uma Camara Municipal, que faz timbre de ser ignorante...

«E então bem fez o homem.

«Ouvi tambem dizer, e é verdade, Sr. Presidente, que esse mesmo homem andara por ahi proclamando que a Camara de Braga não podia com a despesa de 590\$ reis para o custeamento da Bibliotheca; quando é muito certo que essa mesma Camara faz de imposições municipaes o melhor de vinte contos de reis; e que da Camara de 42, apesar das despesas que já fez com o Salão da Bibliotheca, passarão de saldo para a Camara actual tres contos e tanto!... E é egualmente certo

¹ Vieira pôs de parte os riscos e fadigas que importava uma viagem de Braga a Lisboa, em 1843, para melhor assegurar a sua vingança. Era assim o seu feitiço...

que, no momento, em que o *bom* do homem (que bondade!) lamentava a penuria do Municipio, lá se entretinha essa mesma *illustrada* e patriotica Camara em construir Passeios Publicos, tão ridiculos quanto desnecessarios!... E agora querem um Theatro!... Já é illustração!...

«Sr. Presidente, só a verdade é boa: e a verdade é, que este negocio da Bibliotheca de Braga está servindo de instrumento para vinganças torpes: é que este tão util Estabelecimento, reclamado pelos habitantes de Braga, e já decretado, como é sabido, está hoje sacrificado á fatuidade desse homem Presidente, que antepõe a toda a consideração de interesse publico o triumpho de suas paixões!

«Sr. Presidente, só a verdade é boa: e eu estou altamente convencido que quando esta chegar aos ouvidos dos Dignos Pares elles não hão de consentir que o espirito das trevas prevaleça contra ella: não hão de consentir que vinte e cinco mil volumes, encerrados no Convento dos Congregados de Braga, sejam inutilisados, ou barbaramente destruidos no meio de uma cidade a mais litteraria de Portugal.

«Estou altamente convencido que, quando reconsiderado este objecto, elle ha de ser tratado como é proprio de homens de luzes; no seculo das luzes.

«Ahi vae o Projecto; e em boa hora vá elle, bem que pese aos morcêgos de Braga...»

Pesou, rialmente. Logo a 23 de janeiro, a vereação occupa a sessão desse dia a discutir o discurso e proje-

¹ Alude-se ao Passeio das Carvalheiras, hoje transformado em Horto Municipal, depois de ter estado abandonado por largos anos, e á representação da Câmara pedindo a cêrca dos Congregados, para ali construir um Teatro, representação presente á Câmara electiva na sessão de 16 de junho de 43.

cto Alheira, resolvendo representar contra a sua aprovação, nos termos em que o fizera em 8 de maio de 43. Resolve mais que se faça a impressão da conta corrente de 1843 e da representação a enviar às côrtes, para poder distribuir-se aos deputados.

A representação foi apresentada e defendida pelo deputado Paes de Vilas Boas em sessão de 1 de fevereiro, resolvendo-se enviá-la á comissão de Instrução pública. Nessa mesma sessão, porém, apresentava o deputado José Maria Grande, por parte da mesma comissão, o respectivo parecer sobre o projecto de Alheira, o que motivou um protesto de Vilas Boas, que desejava que a representação da municipalidade de Braga fosse escutada pela comissão, requerendo, para isso, que o parecer ali baixasse novamente, a fim de evitar, caso fosse dada razão á entidade representante, que a Câmara se incomodasse com a sua discussão. J. M. Grande e Alheira contestaram, alegando que o parecer havia sido exarado antes de apresentada a representação, estando pronto para se mandar para a mesa desde a vespera. Quando se discutisse o projecto, seria então o momento de impugnar a sua doutrina, se porventura fossem atendíveis as razões da vereação. Quatro dias depois, a 5 de fevereiro, chegavam á Câmara dos Deputados os impressos da conta e da representação, que foram distribuidos.¹

Vieira procurava, por todas as fôrmas, obstar que fosse por diante a justissima aspiração dos que viam a utilidade da Biblioteca, pois que isso representava a sua derrota. Como visse que os seus adversários estavam no verdadeiro campo, com todas as vantagens, renova em 22 de março a representação, fazendo-a acompanhar do novo orçamento, e carregando-a ainda

¹ Diário da Câmara dos Deputados, 1844, pag. 3, 13 e 29.

de mais negras côres, sobre a pobreza do municipio que administrava.

Encerrados os trabalhos parlamentares em fins de fevereiro de 1844, veio para Braga, como governador civil, o deputado João Elias da Costa Faria e Silva, a quem Alexandre Herculano chamou «modelo dos homens serviçaes, e favorecedor desinteressado das letras patrias». ¹ A Biblioteca de Braga deve muito á sua acção governativa e decidida protecção com que defendeu o nascente estabelecimento das fúrias dos edis de 44. Um dos seus primeiros actos foi obrigar Vieira de Araujo ao cumprimento do acordam do Conselho de Distrito, retomando Rodrigues de Abreu, por tal facto, o trabalho de organização da Biblioteca. Depois de uma visita á casa dos Congregados, empenhou-se para que a Câmara fizesse a nomeação de um servente, indispensavel para auxiliar o bibliotecário.

Em 8 de março fazia Abreu uma proposta para nomeação do servente, em lista triíplice, á semelhança do que se achava regulado para a Biblioteca portuense. Esta proposta era acompanhada de uma carta em que Abreu dizia a João Elias: «Se o primeiro não for confirmado, a pezar das exigencias do serviço e do meu credito, sustentarei este e aquellas á custa da minha pobre algibeira; pagarei eu mesmo ao servente da minha escolha e confiança, em quanto durar a gerencia descommunal de semelhante Camara; — e ria-se ella embora, por que nem ella sabe do que se ri.» ² Nessa mesma data foi o governador pagar a sua visita á Câmara, e, entregando a proposta de Abreu, disse ter visitado a Biblioteca, cujos trabalhos de organização se

¹ Advertencia á 1.^a edição da Historia de Portugal.

² Cópia da letra de Abreu, na Bib.

achavam em consideravel adiantamento. Este testemunho, manifestado perante a vereação, desmentia vergonhosamente o pasquim e a resposta dada ao Governo, nos quais vereadores, que jamais tinham visitado a casa da organização da Biblioteca, caluniaram o bibliotecário de nada ter feito. Alguns dias depois, João Elias mandava dizer ao presidente do municipio que, atenta a proposta do bibliotecário, era indecente, não recair a nomeação da Câmara no primeiro designado. Esta mensagem valeu para os vereadores, que, em 15 de março, nomearam servente João Lourenço de Lemos, individuo que, desde agosto de 1841, desempenhava aquelas funções como assalariado. Ao fazer esta nomeação, Vieira de Araujo declara que quer dar «um documento dos elevados sentimentos de generosidade que o animam, e que quanto fez, disse e solicitou na questão com o bibliotecário o fizera de boa-fé e nunca por acinte, orgulho e para satisfazer ressentimentos.» Quer manter ainda o critério de que Abreu é empregado da Câmara, a seu pedido, como se o acordam de 11 de setembro tivesse algum efeito, depois da Carta Régia que o nomeara bibliotecário. Nesta mesma sessão resolve a Câmara felicitar o governador civil, em palavras de rasgado elogio.¹ A intervenção de João Elias modificou, como se vê, a attitude de Vieira de Araujo, poupando até ao pobre bibliotecário o sacrificio a que alude a carta de 8 de março. Abreu continuava, entretanto, esbulhado dos vencimentos a que tinha direito, pelo tempo que fôra ilegalmente suspenso, até que lhe foram satisfeitos, sobre deliberação do Conselho de Distrito, em 15 de junho.

Os factos politicos de então, motivando uma suspensão das garantias constitucionais no paiz, a seguir

¹ Arq. M.^{al} — Acta da sessão de 15 de março de 1844.

à revolta de Torres Novas, e os poderes discricionários concedidos ao Govêrno, e de que largamente usou, para abafar as vozes de protesto que, contra a sua acção, se ergueram, deviam ser a causa determinante da humilhação de Vieira de Araujo á vontade do governador civil.

Reaberto o periodo legislativo em 30 de setembro, foi, logo na sessão seguinte de 2 de outubro, dado para discussão na Câmara dos Deputados o projecto Alheira, sobre a Biblioteca, sendo aprovado com algumas emendas de João Elias e de Rodrigo da Fonseca. A Câmara dos Pares não negou, desta vez, a sua aprovação ao projecto, sendo por fim convertido na lei de 2 de dezembro de 1844, que, felizmente, punha a Biblioteca a salvo de nova investida de destruição.

A vereação que tanto prejudicou a instalação da Biblioteca bracarense abandonava, no fim do ano, as cadeiras municipais, não sem que Vieira testemunhasse o seu agradecimento a Marques Murta, «merecedor de particular estima e veneração pelos auxilios prestados á Camara», a essa mesma Câmara que, para duradoura memória, deixou a empresa selvagem da demolição do pelourinho de Braga, e a perseguição a Rodrigues de Abreu! Passada esta tempestade, dizia o prestante cidadão ao seu protector: «não sei como não tenho enlouquecido á força de injustiças e insolencias de homens». ¹ Mas não havia de ser este o ultimo desgosto, nem a Biblioteca deixaria de encontrar outros Vieiras.

Durante os dois anos da gerencia da Câmara Vieira, nem um só passo se adiantou nas obras de instalação da Biblioteca, nem mesmo pelos esforços do governador civil, inteiramente devotado á causa deste estabelecimento. Em janeiro de 1845, tomava conta do

¹ G. de Amorim, op. cit. III, pag. 147.

município nova vereação, presidida por Antonio Barreto Pereira de Araujo Pimentel, um dos signatários da representação a favor da Biblioteca em 1843, e apreciador cultor das boas letras,¹ que, de mãos dadas com o governador civil João Elias, que o afoitava, levou as obras do salão até proximo do seu termo. Esta vereação certamente concluiria a instalação, no resto do tempo que teria de ocupar a administração municipal, se os movimentos e alterações politicas de 1846 a não afastassem em maio daquele ano.

Durante este periodo, Abreu, com ser já idoso, desenvolveu uma prodigiosa actividade na instalação da sua querida Biblioteca, fiscalizando as respectivas obras desde as cinco horas da manhã, até que anoitecia, não abandonando o edificio sequer para as refeições! Escrevia, sempre que as conveniências o aconselhavam, estiradas cartas ao presidente da Câmara e ao governador civil, dando conselhos para a melhor execução do plano, indicando os processos mais modernos para a disposição dos livros, solicitando providências, e fazendo todas as reflexões, que o seu criterio e o seu estudo lhe indicavam como essenciaes, para que a obra não viesse a ficar prejudicada com qualquer pequeno descuido. Esta fadiga constante de muitos meses obrigou-o a repouso, forçado pela doença.² Convalescente ainda, nova fase de perigo para a Biblioteca o obriga a expôr-se a lances arriscados, para salvar o deposito bibliografico, que lhe estava confiado.

O edificio dos Neris abrigava tambem o Liceu Nacional, o que já forçara Abreu a um violento trabalho

¹ Foi um interessante poeta satirico, deixando varias composições manuscritas.

² Cartas cujas cópias existem na Bib.

de arrumação de todos os livros, no primeiro pavimento do prédio. Por cada dia nova exigencia de mudança lhe era impôsta, trazendo consigo a inevitavel desorganisação de serviços já feitos, de que o bibliotecário muito se queixava. Por fim, o general Barão de Valongo instalou ali também o comando da Divisão do Minho, originando sérias apreensões a Rodrigues de Abreu. Por mais de uma vez solicitou, insistiu, implorou mesmo das autoridades que o Quartel General dali fosse mudado, pois era uma ameaça permanente á integridade da Biblioteca. Ninguém o ouvia. Abreu previa bem o perigo, e os factos se encarregaram de o demonstrar.

Nos primeiros dias de abril de 1846, com repetição do mesmo facto no dia 15, os revoltosos da *Maria da Fonte* entravam em Braga para assalto aos quartéis. Abreu correu á Biblioteca para a defender, expondo-se a um perigo iminente. Logo em maio, o pronunciamento militar do dia 17, em que o general, já então Visconde de Valongo, era proclamado presidente da Junta Governativa, enchia o edificio dos Congregados de gente de toda a especie, tanto mais que as massas populares, armadas e acampadas nos suburbios, ameaçavam entrar a cidade, pela animosidade que tinham ao regimento 8, o que aumentava a ansiedade dos habitantes. Do acampamento popular do Bom Jesus vinha um officio ameaçador, exigindo providencias que a Junta recusou, crescendo assim o risco de que Braga fosse levada a ferro e fogo.¹ Silva Abreu tremia pela sorte da Biblioteca, entalada em 31 cubiculos, cercados por

¹ *Exposição analytica do Pronunciamento do dia 17 de maio em Braga*, pelo secretario da Junta Governativa João de Faria Machado Pinto Roby — Porto, Typ. Commercial, 1846, pag. 14.

O P.^o Casimiro (*Apontamentos para a Historia da Maria da*

largos corredores, com portas interiores muito frageis, e principalmente quando, no dia seguinte, o largo fronteiro aos Congregados se pejou de gente armada, pôsta em fuga com poucos tiros disparados das janelas do edificio da Biblioteca e Liceu.¹

Mas a lucta, e com ela o perigo para a Biblioteca, havia de ser maior ainda. Aos *patuleias* seguem os guerrilheiros miguelistas de Mac-Donell, de braço com a gente do P.^o Casimiro, as tropas de Antas e de Casal, e, após estas, as forças espanholas do general Concha, procurando todos abrigo no edificio da Biblioteca, fazendo-a passar, até julho de 47, por crises tão arriscadas, «que é uma especie de maravilha existir ainda», como disse Rodrigues de Abreu ao Conselho Superior de Instrução Pública. Do relatório a este Conselho, enviado por Abreu em 27 de setembro de 1847, colhem-se tão curiosos dados sôbre a fôrma porque o bibliotecário defendeu o patrimonio literário, que lhe fôra confiado, patenteia-se tão nitidamente o amor que tinha á obra que criou, que bem merece ser conhecido no seguinte trecho: «Em 27 de novembro² não fugi, como fizeram todos os outros empregados, e authoridades. Temia, como elles, essa gente barbara de Mac Donell, mas tinha a cumprir os deveres imperiosos de depositario, e fiquei. Fechei as portas de minha casa; —

Fonte, pag. 45) chegou a fazer a ameaça da destruição da cidade pelo fogo, na presença do general Valongo e restantes membros da Junta.

¹ A-pezar da ameaça fanfarrona do P.^o Casimiro, poucos tiros bastaram para pôr em debandada desordenada as forças daquele caudilho, forças que ele computa em mais de trinta mil homens! *Apontamentos*, pag. 48.

² De 1846. Refere-se á entrada de Mac Donell e proclamação da Junta rialista.

homisiei-me em outra muito mais proxima ao meu deposito — o qual para logo se tornou quartel daquelle gentio; fiz todos os dias apalpar pelo servente, de manhã e de tarde, as portas dos corredores onde os livros estavam guardados — portas internas e porisso fracas — todas á mercê de semilhantes vandalos; e no dia 8 de dezembro lá voei ao meio delles, e no meio de sustos que não nego, lá fiz concertar a porta arrombada de um cubiculo de livros, na presença dos proprios arrombadores. No dia 10 forçarão de novo essa mesma porta, roubando, como da primeira vez, alguns volumes, que felizmente erão dos repetidos em Theologia Parenetica; voei ali de novo, mas então já ousei queixar-me a um padre, que se dizia seu commandante. E o padre ralhou forte contra a repetição do attentado; porem, no dia seguinte, como em revindicta, lá me apparecerão, na visita de manhã, espedaçadas duas portas, uma da Theologia Dogmatica, e outra que fechava dous cubiculos da Jurisprudencia; sendo para notar que de nenhum dos tres quartos me arredassem nem um só livro. E voei outra vez e terceira vez concertei; mas, como ameaçasse de queixar-me ao proprio Mac Donell, veio socegar-me um official, a quem chamavam Major, e, com maneiras mui delicadas e urbanas, deu-me tal satisfação e providencias taes, que até 20 de dezembro de manhã não houve mais no Deposito novidade alguma. Porem, nesse dia, cuja tarde foi toda de sangue; — feitos (diz-se) desta casa alguns tiros dos guerrilhas contra a Divisão Transmontana, precipitarão-se aqui os soldados della tão enraivecidos que, em busca dos adversarios, espedaçarão tudo, e fizeram-me no Deposito da Bibliotheca nada menos de 13 arrombamentos. O dia 21, em que fiz concertar por carpinteiros todos esses estragos, foi dia de martyrio para mim e para o servente, e não sei como daqui escapamos com vida, ou sem insulto de maior, no meio de

soldadesca ainda irritada, que invadia em turmas os quartos dos livros — fazia-os abrir e tornar a abrir a cada instante, e parecia-lhe impossivel não encontrar nelles guerrilhas ou os seus armamentos. E todavia, quiz Deus, que só um livro me fosse roubado, o qual, com os outros, que o havião sido em 8 e 10, no artigo de sermões duplicados, fazem o roubo de pequena monta; — e deste modo quiz Deus tambem que eu podesse affirmar com verdade, que dentro do breve espaço de 14 dias salvei a Bibliotheca por duas vezes. No dia 3 de janeiro seguinte, quando marchou para Valença o Conde do Casal, fugirão outra vez os empregados e authoridades desta cidade; mas eu fiquei nella agrilhado ao cêpo do meu dever, já se sabe, para fazer concertar mais arrombamentos, os quaes, até o dia 16 do dicto mez, completarão o numero de 24, no breve espaço de 40 dias, desde o dia 8 do mez antecedente. No dia 11 de fevereiro fiz o meu relatorio ao Governo Civil, narrando pelo miúdo todos estes factos, e pedindo em nome da Lei e do bom senso, que esta casa de deposito de tanta riqueza literaria deixasse por uma vez de ser quartel de soldados; — porem os 24 arrombamentos, que eu então traduzi por outros tantos gritos de = aqui d'Elrei = não forão ouvidos, e os dous corredores da Bibliotheca, permeando 17 portas — todas fraquissimas — continuarão a ser de dia e de noite, como duas ruas ou caminhos publicos. Em fim, depois da retirada dos castelhanos, que estiverão de quartel nesta casa, e nos dictos corredores, desde 23 de junho até 12 de julho de madrugada, ousei hir pessoalmente, no dia 18, supplicar ao Ex.^{mo} Governador Civil interino, que viesse fitar com seus proprios olhos a desolação, em que se achavão os livros, os quaes não tardarão a ser tomados á mão, atravez dos actuaes tabiques, sem previo trabalho de forçar as portas. — E elle teve a bondade de acompanhar-me, e viu com effeito,

viu elle proprio que, sendo aquelles de fabrica antiga, isto he, formados de tijolo e de barrotes cruzados, apresentavão boccas por onde já quasi cabia um punho, começadas por pregos e estacas, que a soldadesca tem de costume espetar nas paredes, para pendurar os seus utensilios, mochilas, etc. E attendeu-me então a uma proposta minha de viva voz; consistindo ella em se fecharem nos tôpos correspondentes aquelles dous corredores, e fazerem-se outros pequenos tapamentos mais, de modo que, em vez de 26 portas ou aberturas, por onde o deposito podia ser, e foi 24 vezes, invadido, ficasse todo elle fechado e seguro dentro de uma só porta, pequena, grossa e bem reforçada. E ordenou para logo a obra, sem previas formalidades de arrematação, as quaes, naquelle caso, e em tal crise (estando ainda, como estava, a casa franca e francamente passeada por mulhersinhas, soldados e bagageiros) só servirião de chamar a attenção sobre a facilidade de um roubo, ou perigo, que muito relevava occultar-se a todos. Para fugir dessas formulas já eu requeria no meu officio, e como graça, o fazer a obra á minha propria custa; — mas, se então fiquei liberto daquelle sacrificio, nesse mesmo acto me sugitei a adiantar as despesas da obra, e a dirigi-la, dando depois as bases de um orçamento para a mesma, e recebendo unicamente pelo ultimo lanço, ou pelo mais favoravel ao municipio, que mestres ou peritos indicassem por derradeiro. E deste modo foi salva ainda uma vez a Bibliotheca de Braga.»

Em 26 de julho desse ano de 47, participava Abreu, contentissimo, a João Elias, então residente em Santarem, que a Biblioteca já se achava em melhores condições de segurança, ficando «dest'arte vinte e tantos mil expostos salvos de insultos.» Nessa carta, Abreu não se cança de pedir protecção para a Biblioteca, a que chama sua Dama, solicitando a remessa de va-

rias publicações oficiais. Mais de quatro meses depois, em dezembro, Abreu queixava-se ao Governador Civil, Antonio Barreto, o grande amigo da Biblioteca, como presidente da Câmara de 45, de que não lhe tinha sido paga a despesa feita com a vedação dos corredores. Nunca lhe chegou a ser satisfeita, como verifiquei por documentos do punho do zeloso bibliotecário! A paga a tanto sacrificio, a tanta fadiga intelectual e material e a uma inexcedível dedicação, quase culto, por uma obra que enobrecia a cidade, tinha de ser a ingratidão, a injúria e o desdém, com que esta terra costuma saldar os esforços honrados. E assim foi.

Entrada nova vereação em 1848, presidida pelo bacharel Felix Gomes de Araujo Alvares, logo nos começos da sua gerência, em março, dirige uma representação á Câmara electiva contra a Biblioteca e contra o bibliotecário, que é acusado falsamente de nada fazer e de deixar *delapidar* o estabelecimento, quando foi invadido por forças revoltosas, pedindo-se a revogação da lei de 2 de dezembro de 44, e que a Biblioteca passe a propriedade do Liceu, com empregados do quadro deste. São os amigos e apaniguados de Vieira que voltam, com a reedição das sedições calúnias, a estorvar que a luz perturbe as comodidades de tais morcêgos. Abreu responde magistralmente ás impertinentes alegações da vereação, em requerimento que, em 24 de abril, dirigiu á representação nacional, inutilizando-se por este modo, e com o patrocínio de João Elias, então Ministro da Justiça, todo o efeito que pudesse ter a representação dos vereadores.

A Biblioteca continuava, porém, entalada nos velhos cubiculos dos Congregados, porque as obras para sua conveniente instalação faziam-se com tão desdenhoso vagar, que bem demonstrava a má vontade de certas vereações, a-pezar-de leis expressas ordenarem o seu immediato estabelecimento. Durante os anos de

1843 e 44 nem um só passo se adiantou, como vimos, o mesmo sucedendo durante a administração de Gomes Alvares, isto é, nos anos de 48 e 49, acrescentando-se ainda o periodo de maio de 46 até fins de 47 em que, por virtude dos acontecimentos politicos, nada foi possível fazer em seu favor.

Nos começos de 1850, a nova Câmara solicita autorização para levantar um empréstimo, destinado em parte á conclusão das obras iniciadas. Essa autorização concedida pela lei de 30 de julho de 1850, prestou-se sómente a que a Câmara satisfizesse outros desejos, que, talvez, lhe trouxessem maior popularidade. A Biblioteca ainda, mais uma vez, foi relegada para um plano secundário, e, como isso não fôsse bastante, a mesma Câmara solicita a cedência da cêrca dos Congregados, doada á Biblioteca pela lei de 2 de dezembro de 1844, para com o produto do seu rendimento se adquirirem novos livros, e isto para que ali fôsse construido um teatro, e arrumada uma feira! O velho bibliotecário, sem dúvida cansado de tanta luta, esforça-se quanto pôde para evitar o disparate, mandando uma larga exposição ao Govêrno, em que mostra os inconvenientes de tal cedência, declarando «que a Câmara, ou desconhece o funesto alcance das suas pretensões, ou deseja a olhos vistos que a Bibliotheca se retire do lugar onde está; por quanto, silencio em uma feira — estudo no meio de clamores e vozearias de gentilha — são ideias que se excluem por contradictorias, são factos que hão-de estar sempre em guerra aberta, em quanto se não mudar a actual organização humana».

A pretensão não obteve deferimento, passando mais esta borrasca, sem perigo para a Biblioteca. Não devia ser duradoura a quietação, nem prolongada a calma, todavia.

Nesse mesmo ano, com a protecção do então gover-

nador civil Conde de Bretiandos, intenta o proprietário de um colégio particular — Carlos da Silva de Segulier — aproveitar-se do edificio do Liceu e da Biblioteca, para ali instalar aquella casa de educação, dando-lhe o carácter official, permitido pelo decreto de 17 de novembro de 1836. O bibliotecário fica aterrado, pelo perigo iminente de ver destruido por um incêndio o depósito que tanto amava, resolvendo-se a opôr-lhe uma tenaz resistência. Empenha nisso todos os amigos, corre á imprensa, levanta plantas do edificio e mostra claramente a loucura de tal projecto. Segulier vê no bibliotecário um obstaculo e procura desviá-lo. Escreve a pessoas a quem Rodrigues de Abreu era obrigado, para que solicitem a aquiescência do zelosissimo funcionário a ser comparsa em seus interesses. Um amigo, a quem Abreu devia «extremosissimos favores», pede-lhe para que «cedesse de qualquer razão que tivesse, não sendo contrario ao Segulier». Mas por Deus! exclama o velho e honrado Abreu, «se a questão fosse de interesse *meu* e não *publico*, devia eu até ceder da minha capa embora tiritasse de frio; porque nunca fui ingrato e aquelle amigo é dos taes que se descobrem *in re incerta*».

Segulier, não conseguindo assim a cúmplicidade de Abreu, resolve ameaça-lo, accusando-o de sacrificar «um bello collegio de alumnos internos á conservação de quatro alfarrabios velhos», mas que breve se arrependeria, embora sem remedio. Efectivamente, o Conde de Bretiandos fazia constar que pedira ao Govêrno a exoneração de Abreu, e, se lhe faltasse a paciência para a esperar, o suspenderia de suas funções!¹

A que baixo ponto desceu a protecção a um homem,

¹ Cópia de uma carta de Abreu, datada de 16 de dezembro de 1850, e cujo destinatário ignoro.

que só cuidava os seus interesses, em prejuízo duma obra grandiosa e bela!

Abreu era dos raros que necessitava dizer a verdade, como de respirar,¹ e porisso a disse, claramente e sem reбуço, ao Conselho Superior de Instrução e ao próprio Ministro, em relatórios de 4 de novembro e 13 de dezembro, declarando que, por cumprir com seus deveres, a exoneração ou suspensão que contra si haja de vir, vale sempre mais do que um despacho. Nobilissimo carácter e modelar funcionário! Pobrissimo, não tendo para viver mais que os minguados vinte e três mil reis de ordenado mensal, cerra os ouvidos ás impertinências dos amigos, sem preocupação pelos ódios cobardes que via crescer, para escutar sómente a voz da sua consciência impoluta.

Os brados de Abreu contra o escândalo não foram ouvidos, sendo, em 21 de novembro de 1851, decretada a criação do internato anexo ao Liceu.² Seguiet, nomeado sub-director, mudava o seu colégio para os Congregados, acompanhado da familia, compôsta de mulher, uma tia e quatro filhas. No colégio ensaiava-se, em 1851, o processo da coeducação dos sexos, que, mais tarde, devia ter defensores, com escândalo das gentes da Braga beata, que tinham para si, como de resto teem hoje, tal método como um «desaforo de degradação pagã.» E boa mostra tiveram, como veremos, a confirmar seu modo de ver.

Instalado o colégio em 1852, com manifesto risco

¹ Carta a Garrett. Amorim, op. cit. III, pag. 328.

² No relatório que precede o decreto diz-se que o edificio do Liceu ficava separado da Biblioteca «por duas grossas paredes, sem risco de comunicação de incendio ás outras partes.» Esta afirmação, baseada em informações mentirosas, era absolutamente falsa.

da destruição da Biblioteca, mais cresceu o escárnio, mais se avolumou o acinte contra o bibliotecário. Como última esperança, procurou Abreu interessar a Câmara na defesa do ameaçado tesouro, mandando-lhe um officio em 17 de janeiro, solicitando uma visita ao estabelecimento, para que aquella corporação se certificasse da inexequibilidade do decreto. Esse officio rematava assim: «Não convido só, supplico e torno a supplicar em nome do serviço, em nome das leis, em nome da Soberana, em nome da honra, que venham quanto antes em corporação a esta casa, e verem com seus proprios olhos, se eu fallo ou não verdade no que digo a respeito della; e se não fôr verdade, sirva este mesmo officio contra mim, como auto de corpo de delicto, e veja-me eu logo mettido em processo, para ser severamente punido conforme as leis um empregado que mentiu aos seus superiores.»

Tal officio não mereceu nem resposta, nem, sequer, uma simples acusação. E o pobre bibliotecário continuava a ser escarnecido, desdenhado, aos empurrões de um para outro cubiculo, com os livros em sucessivas mudanças, que totalmente lhe inutilisavam esforços e trabalhos realizados. Para completar sua lastimosa situação, baixava do Ministerio do Reino uma Portaria, recebida a 7 de janeiro, exigindo-lhe urgentemente mapas estatísticos, impossiveis de fazer pelo estado em que tinham posto a Biblioteca, ainda por instalar definitivamente.

Ha mais de dez anos que as obras para o *imediato estabelecimento* da Biblioteca tinham começado, e ainda se achavam longe da conclusão! Neste ano de 1852 lá estavam elas paradas, porque a Câmara Municipal gastou o dinheiro que lhe foi destinado no emprestimo de 1850, em obra de muito maior utilidade: uma estrada.

Para maior irrisão, o conselho do Liceu ordenou a

mudança das cloacas para debaixo dos cubículos dos livros, aumentando-se escandalosamente a possibilidade de um incêndio, que uma ponta de cigarro, improvavelmente lançada, podia atear, pois que as fossas eram cheias de tojo. Abreu não pôde suportar tanta afronta e preferindo «morrer de fome do que viver n'aquelle aviltamento a que o condemnaram vinganças miseráveis», requere, em officio de 16 de fevereiro, ao Ministro do Reino lhe concedesse a exoneração de bibliotecário. Ou por influência de Garrett, a quem escrevera narrando a sua situação angustiosa, dizendo-lhe «que lhe agradecia o pão que só a elle devia desde muitos annos», mas que não podia faltar á verdade, preferindo «voltar á pobreza, e acabar no hospital»,¹ ou por influência de outro de seus amigos, Rodrigo da Fonseca indeferiu a pretensão. Não ficou satisfeito o honesto funcionário, e, em officio de 31 de março, renova a súplica, a que o Ministro deu terminante recusa, em palavras que muito honravam Rodrigues de Abreu, sem que, todavia, o demovessem de seu intento. Em setembro do mesmo anno, afirmava o illustre perseguido ao Ministro, que, em consciência, não podia, senão temporariamente, sujeitar-se a continuar a ser o bibliotecário. E ao Conselho Superior de Instrução Pública dizia: «Tenho a entregar dezenas de volumes, que não havia aqui no deposito, e de parte dos quaes passei clareza de recepção; tenho a entregar centos de livros *raros* e alguns *rarissimos*, que encontrei, e cuja existencia foi por mim denunciada a muitas pessoas; tenho a entregar collecções e outras obras magistraes, e de preço e até, uma delas, de edição que não he possuida pela Bibliotheca da Corte; tenho a entregar centenas de classicos em litteratura latina e por-

¹ Amorim, op. cit. III, pag. 326 e seg.

tugueza e castelhana; e de tudo isto vi que me era indispensavel fazer relações, em que se me passe nota d'obras recebidas, assim para garantia de meu credito futuro, como tambem para mostrar em todo o tempo, que não foi debalde que eu por quatro vezes arrisquei a vida em dezembro de 1846, a fim de salvar da rapacidade de guerrilheiros este riquissimo deposito litterario. He na confecção dessas listas que trabalho presentemente, e, concluidas que sejam, hei de voltar pela *terceira vez* ao irrevogavel proposito de alcançar a minha exoneração, a qual de certo agradecerei ao Ex.^{mo} Ministro, como se elle me resgatasse do meio de captivos. Volto a ser pobre com a mesma boa sombra com que me despedi de maior ordenado em setembro de 1836; mas levo commigo uma convicção que me enobrece, e que me ha de sem duvida suavisar alguma vez as amarguras da pobreza; he a convicção de que, no meio de muitos empregados desleaes, fui eu o unico, embora pobre, que não vendi a consciência, e que não menti, nem capeei mentiras aos superiores.»¹

Abreu resignou-se, por fim, a continuar na Biblioteca, satisfazendo os rogos insistentes de seus amigos.

Em 1853 deu a Câmara Municipal mais uns passos nas obras do salão, gastando apenas a terça parte da quantia que para elas tinha votado, distraindo o restante para outras applicações. Por exigências do conselho do Liceu, apostado em favorecer o colégio de Seguier, pensou a Câmara na construção de uma escada especial para a Biblioteca, por cima das cloacas, com entrada ao lado destas. Abreu protestou, e, como a Câmara não tinha grande desejo de maiores despesas, a pretensão ficou prejudicada. O conselho não desistiu,

¹ Relatório de 29 de setembro de 1852, cuja cópia existe na Biblioteca.

porém, e fazendo intervir o governador civil, veio a Câmara, a pedido deste magistrado, no dia 30 de julho de 1854, verificar a possibilidade da execução do plano. Abreu teve ainda maneira de conseguir que nada fôsse resolvido, acêrca de uma obra que êle julgava muito prejudicial.

Neste mesmo ano, tiveram as pessoas que apoiavam o internato liceal uma desilusão, com scenas desagradáveis ali passadas e pôstas a nú em comunicados insultuosos, publicados no *Pharol do Minho* pelo sub-director e por um prefeito despedido. Daqui resultou um grande desprestigio para aquela casa de educação, onde a indisciplina e a desordem eram flagrantes. O semanário *A Razão* comentava os factos ocorridos, pondo em destaque a resistência que o bibliotecário empregou contra o estabelecimento do colégio, dando isto motivo a que só quatro alunos, apenas, continuassem a ser educados por Seguiêr.

Em 9 de agosto de 1854 foi a Biblioteca visitada por Alexandre Herculano, a quem Rodrigues mostrou os atropelos de que estava a ser vitima. O insigne historiador atentou em todas aquellas selvagerias, e referindo-se á existencia do colégio em ligação com a Biblioteca, teve para Abreu estas palavras: «confesso-lhe que se não visse com meus proprios olhos tão prodigioso disparate, decerto o não crêra, embora o affirmasse fosse quem fosse.»¹

Em todos os relatórios, o bibliotecário mostrava o perigo de destruição a que a Biblioteca estava sujeita, pedindo providências, que nunca lhe chegaram. Em setembro queixava-se Abreu, em officio dirigido ao Ministro, de que, só com o fim de não incomodar a familia

¹ Cf. *A Razão*, de Valença do Minho, n.º 96 de 19 de julho de 1855.

de Seguiet, se opunham a que elle se servisse da escada principal do edificio, que era propriedade da Bibliotheca. Esta opposição cessou depois de novo escândalo no colégio, com a tentativa de sedução duma menor, sendo o sub-director atacado nos jornais *A Razão e Porto e Carta*, no último dos quais se lhe chamava infame seductor. Isto passava-se em junho de 1855, ficando, dai por diante, virtualmente liquidado o colégio, que tanto prejudicou a Bibliotheca, arrancando-lhe aposentos que nunca lhe foram depois restituídos, até que de todo se extinguiu nos começos de 1856.

O conselho do Liceu não esmoreceu, entretanto, e, uma vez saído Seguiet, pensou continuar na exploração do colégio, que seria de novo organizado sob a direcção do professor substituto P.^o Júlio Celestino. O bibliotecário pugnou quanto pôde contra tal ideia, mostrando que o próprio decreto de 21 de novembro de 1851 só permitia a existencia do internato, quando não houvesse perigo para a Bibliotheca. Receoso de que, como de costume, lhe viesse novo desengano, Abreu procura apoio na imprensa periodica, a quem dirige um *Recurso*, impresso em Braga nesse ano, convidando, ao mesmo tempo, os redactores dos quatro jornais bracaraenses a visitar o estabelecimento, para com seus olhos se certificarem da verdade dos factos que referia. Obtida a visita, os jornais bracaraenses combateram a favor da Bibliotheca, sendo a verdade confirmada pelo *Murmurio*, no seu n.^o 11; por *O Moderado*, no seu n.^o 273; pela *Atalaia Catholica*, no seu n.^o 88 e pelo *Bracaraense*, no seu n.^o 109, a que se seguiram *A Razão*, de Valença do Minho, *A Nação*, de Lisboa, no n.^o 2622, de 25 de julho, onde vem o *Recurso* transcrito na integra, e, enfim, a *Instrucção Publica*, tambem de Lisboa, em artigo reproduzido no n.^o 250 de *A Razão*, de 5 de agosto.

Em 5 de julho era a Bibliotheca visitada pelo presi-

dente e dois vereadores da Câmara Municipal, que abertamente se colocaram ao lado do bibliotecário, prometendo-lhe todo o apoio, para obstar a que continuasse a existencia do internato. Nos fins deste mês, adoeceu Abreu muito gravemente, ficando retido em casa até setembro. Ainda convalescente, escreveu um longo officio ao novo governador civil — Custodio Rebelo de Carvalho — solicitando a proteção do magistrado a favor do estabelecimento que dirigia, e pedindo-lhe uma visita á Biblioteca. Anuiu o governador, e, certificado das razões do bibliotecário, informou o Governo, que negou autorização para a continuação do colégio.

Na visita feita pela Câmara, obteve Rodrigues de Abreu, que o presidente, o Dr. Francisco de Campos de Azevedo Soares,¹ se interessasse pela conclusão das obras para o definitivo estabelecimento da Biblioteca, que, desde 1853, estavam paralisadas. Por decreto de 7 de agosto de 1854 tinha a Câmara Municipal sido autorizada a levantar um empréstimo, em parte applicável ao acabamento das obras da Biblioteca, mas, a-pesar disso, só em meados de 1856 prosseguiram essas obras, por deligencia do Dr. Francisco de Campos.

Em 12 de agosto de 1857 ficava concluido o grande salão, com dois corpos de estantes, partidos por um elegante varandim, tudo decorado a branco e ouro, que, simultaneamente, devia servir a depósito e sala de leitura. O bibliotecário achou a obra incompleta, pois faltava-lhe uma teia de arame, que reputava essencial, para livrar os livros de mãos atrevidas. Não o quiz ouvir a Câmara, e, distraíndo o dinheiro que estava destinado para completa execução do plano, con-

¹ Foi o 1.º Visconde de Carcavelos, por decreto de 2 de outubro de 1879 e mais tarde Conde do mesmo titulo, em duas vidas.

tentou-se com o grande salão, deixando apodrecer nos cubículos uma elevada soma de volumes. Em 1860, a carta de lei de 30 de junho relevava a Câmara da responsabilidade em que incorrera, por este e por outros desvios, obrigando-a, todavia, a incluir no orçamento daquele ano a quantia retirada, o mesmo determinando a portaria de 14 de outubro de 1862, sem que, infelizmente, fossem cumpridas tais disposições.

A vereação do bienio de 1856-57 nada tinha feito, que pudesse merecer as honras de ser memorada nos anais do município. A inauguração da Biblioteca prestava-se a uma exibição, e o Dr. Francisco de Campos não hesitou. Fez apressar as obras do salão, e, em 5 de agosto, mandava um officio a Rodrigues de Abreu ordenando-lhe que procedesse, logo que a obra concluísse (12 de agosto), á transferência e colocação dos livros nas estantes daquele salão, de modo que a abertura da Biblioteca se realizasse «impreterivelmente no dia 16 de setembro», em que fazia anos o rei D. Pedro V, a quem a Câmara desejava manifestar «quanto reconhece o amor que Sua Magestade consagra ás letras e sciencias.» O bibliotecário, num longo officio, mostrou o absurdo de tal exigência, que êle não podia satisfazer em tão curto espaço de tempo, sem atraiçoar os sagrados deveres de seu cargo. Nesse officio mostrava a illegalidade da deliberação começando por dizer: «para responder em tão grave assumpto, cumpre-me faze-lo, citando e ponderando de ante-mão alguns documentos governativos, e preceitos de leis expressas, em vista das quaes espero que V. S., como homem de lei, reconhecerá que nem a Camara podia tomar tal resolução, nem eu aceita-la, a menos de me declarar logo logo infiel ao Governo, cujo empregado sou.» As razões do bibliotecário eram pesadas, mas a vereação não queria perder a oportunidade de firmar a sua corôa de glória, demais a mais com a circunstância pro-

pícia de se tornar em homenagem ao príncipe *muito amado*. Recorreu ao governador civil, intimando este magistrado a Abreu o exacto cumprimento da deliberação municipal, em officio de 17 de agosto. Em resposta, o bibliotecário contenta-se em transcrever uma página do *Manuel de Bibliothéconomie*, de Constantin, em officio enviado no dia immediato, terminando da seguinte fôrma: «Em 1852 por duas vezes pedi a minha exoneração, e até, para a conseguir, empenhei dous titulares, porem nada pude obter então do respectivo ministro; e seria para mim graça importantissima, se hoje mesmo V. Ex.^a se dignasse livrar-me d'uma responsabilidade, que não tenho meios de desempenhar». Nesse mesmo dia lhe era remetido um alvará do governador civil interino, o secretário geral Jácome Borges Pacheco Pereira, suspendendo-o do exercicio e vencimentos do lugar de bibliotecário, acompanhado dum officio, em que lhe era ordenada a entrega das chaves da Biblioteca ao administrador do concelho. Silva Abreu cumpriu a intimação, e, pela terceira vez, voltava á pobreza, resolvendo-se a esclarecer a opinião, num folheto intitulado — *Bibliotheca de Braga — Manifesto, Braga, Typ. Lusitana - 1857*, em que transcreveu a correspondencia official trocada sobre o assunto. Desse manifesto, hoje raro, parece-nos interessante reproduzir as palavras seguintes: «O abaixo assignado, depois de ter, *desde muitos annos, systematicamente organisadas*, em 13 cubiculos do deposito, cada uma das differentes divisões e sub-divisões bibliographicas; *collocando-as singelamente* num só corpo de estantes *provisorias* de 7 fiadas; — sabia que os volumes respectivos, orçando talvez por vinte mil, deviam perfeitamente *encher* os dous corpos, e as 14 fiadas do salão dos leitores, onde a collocação, em vez de *singela*, tinha de ser *bipartida*, para cada uma das ditas divisões e subdivisões. Sabia que nem o proprio governo,

a menos de estar louco, poderia jámais ordenar a um bibliothecario que *se desacreditasse* na respectiva sciencia, enchendo *bruta e materialmente* uma estante com 20 mil volumes, em vez de os collocar *bibliotheconomicamente* nessa mesma estante. Porem a Camara de Braga não o entendeu assim; — *caprichou* em que fosse por diante uma *transferencia brutal*; — ordenou que essa *bruteza* se verificasse dentro de 28 dias *impreteriteis*; — quiz que o empregado do governo se *deshonrasse a si mesmo*, vendendo o seu *credito* por dinheiro; — mas o empregado, apesar de *velho e pobre*, riu-se de *caprichos parvos*, e ajoelhou obediente á lei dos homens de bem, que os manda ter o maior cuidado com a sua *reputação e boa fama*. Enthusiasta do *bem*, e caloroso amante, como é, da *verdade*, não quiz ser *cumplíce* com pessoa alguma no ignobil projecto de se *mentir cobardemente ao paiz inteiro*, affirmando-se-lhe *aberta* a bibliotheca em 16 de Setembro; quando a *verdade, e unica verdade*, é que nesse dia pôde abrir-se ao publico a porta d'um salão forrado de estantes *materialmente cheias* de livros; — mas não, e nunca verificar-se a *abertura* d'uma bibliotheca *para uso do publico*. No proximo dia natal do Envejado, e Grande, e Illustradissimo Principe, que hoje reina, se durar ainda o *boçal* capricho d'abrir a porta do salão ao publico, para *burlar o publico*, ha de ver ahi a perfeita imagem do cahos, pois que o transporte material dos livros para o salão dos leitores, em logar de ser feito *na mesma ordem*, ahi seguida nas estantes provisórias, está-se realisando do modo mais *ignaro e estúpido*, isto é, d'um modo tal que, sem primeiro se apearem *de novo* todos os livros, nunca de futuro haverá na galeria dos leitores, nem sequer a collocação *usual, bibliotheconomica e singela*, que havia nos 13 cubiculos; collocação *rotineira* e defeituosa, que alli foi forçoso seguir, mas que, no salão, tinha o bibliothecario de converte-la

em collocação *duplice*, ou *bipartida* — unica *reloz*, unica *suave*, em seus resultados *practicos*. O abaixo assignado, apesar de *pobre*, quiz antes perder o seu pão, na idade de 64 annos, do que entrar *parceiro*, ou *cum-plice*, nesta *patranha d'aberturas ficticias*. Assim, ou portanto, roga aos seus amigos que o tenham ainda pelo mesmo homem, de quem o ultimo Prefeito desta provincia attestou, em 1835, possuir, como empregado, uma *moral pura*, que *felizmente levava até a austeridade*. Roga-lhes que o tenham ainda hoje na mesma conta em que o tiveram em 1836, quando por *simples escrupulos* de honra, e sem o atterrar a pobreza que o esperava, abriu mão *espontanea* de 400\$ reis d'ordenado, e deixou de ser 1.º official da secretaria do Governo Civil do Districto, para logo vender tudo o que possuia, e até parte dos seus queridos livros, porque não teve quem lh'os comprasse todos. Agora, por motivos de muito *maior gravidade*, que não *meros escrupulos*, preferiu ser pobre outra vez, affirmando de novo aos seus amigos *que entre a pobreza e a deshonna não ha que hesitar para o homem de bem.*»

A vereação não recuou, porém, diante deste certificado, e autorisada, por officio do govêrno civil, de 18 de agosto, a proceder á transferênciã dos livros, nomeou uma comissão de bachareis para a auxiliar, e tomar a seu cargo esse trabalho, comissão que começou a funcionar no dia seguinte. ¹ A collocação fez-se como

¹ Nas actas da Câmara nada consta a respeito desta comissão. No Arquivo Municipal, onde as pesquisas se tornam singularmente difíceis pelo estado deplorável em que se encontra, apparecem os registos de officios dirigidos a Manoel Justino Marques Murta, antigo secretário geral, e a João Feio Soares de Azevedo, deputado em varias legislaturas, encarregando-os de dirigirem a collocação dos livros. Rodrigues de Abreu, porém, no seu relatório de 1858, fala numa comissão de cinco bachareis. Recorri

o bibliotecário calculava. As espécies já dispostas e catalogadas por Abreu foram espalhadas, por maneira a destruir grande parte do trabalho efectuado pelo organizador. Mas, entretanto, as estantes encheram-se, que era isso que importava á Câmara. Em officios de 10 de setembro eram convidados, para assistir á inauguração da Biblioteca, o arcebispo, as autoridades civis e militares e varias corporações e funcionários. No dia 15, véspera do destinado para a aparatosa solenidade, um *bando* da Câmara convidava os administrados, «de qualquer estado e condição» a comparecerem no acto. O presidente não esqueceu a solicitação duma guarda de honra, com a respectiva banda de música, em officio dirigido ao comandante militar, para que a exhibição da *grande obra* fôsse completa, embora encarretada com a festa natalicia do senhor D. Pedro V.¹

Efectivamente, em 16 de setembro, o novo salão da Biblioteca recebia uma lustrosa comitiva, a que não faltava a polichromia das vestes prelaticias, das fardas variadas, das murças capitulares e das casacas encarnadas dos moços-fidalgos. Ao meio dia o presidente Asevedo Soares mandava fazer a leitura do auto, que é uma peça indecorosa pelas insinuações feitas ao honrado Rodrigues de Abreu, acusado de ter muitos volu-

ao testemunho do nonagenário Francisco José Lopes, que na Biblioteca exerceu o lugar de servente desde 1853 a 1861, cuja memória, que Abreu naquele tempo considerava prodigiosa, me confirmou a nomeação dos dois referidos, auxiliados pelo professor do Liceu, Bento Miguel Leite Pereira, pelo presidente da Câmara e por José Joaquim Soares Russell, vereador. Eram portanto os 5 a que Abreu fazia referência, se bem que Russell não fôsse bacharel. E' curioso que destes 5, cujo serviço me é forçoso censurar, 3 são meus parentes: João Feio, meu avô; Soares Russell, meu tio-avô e Francisco de Campos, meu primo.

¹ Arq. M.^{al} — Registo de officios vários de 1856-1860.

mes empilhados e em via de destruição, como se êle mesmo, desde 1852, não protestasse contra esse estado, a que foi reduzido por uma vereação anterior, motivando esse facto, e outros que já narramos, o insistente pedido da sua exoneração. Por fim, encerrava-se o auto com a declaração de estar inaugurada a Biblioteca Pública, fechando-o 80 assinaturas.¹

Era uma mentira, porque, dias depois, a Biblioteca fechava, por impossibilidade de ser satisfeita qualquer requisição. E assim esteve até fins de janeiro do ano seguinte, em que, por portaria do Ministerio do Reino de 21 desse mês, Rodrigues de Abreu foi restituído ao cargo que tão nobremente occupava. Como encontrou a Biblioteca di-lo êle ao Conselho de Instrução Pública, em relatório de setembro de 1858: foi-lhe necessário mover todos os volumes, tão disparatadamente haviam sido colocados, tendo, até essa data, disposto definitivamente mais de 5:000. Nesse relatório, Abreu pede que seja nomeado um 2.º bibliotecário, que a lei concede, porque êle, já velho, não pôde só com o serviço, sobrecarregado agora, por ordem do Govêrno, com a collecção de obras duplicadas, cedidas ao arcebispo para formar uma biblioteca no seu Seminário, obrigando-se, por tal motivo, a ter sómente aberta a Biblioteca das 9 da manhã ao meio dia.

A sala de leitura era, nesse pouco tempo, muito frequentada, sobretudo pelo crescido numero de estudantes do Liceu e do Seminário. Rodrigues de Abreu, tanto no seu relatório ao Govêrno, como em officio dirigido á Câmara Municipal, mostrava a necessidade de um 2.º bibliotecário, que a lei de 2 de dezembro de 1844 outorgava, logo que abrisse ao público a Biblioteca.

¹ Auto existente na Bib.

Com o pretexto da falta de meios a municipalidade não atendeu o pedido.

A reposição de tantos milhares de volumes no lugar conveniente, operação fatigante e aborrecida para quem tem sangue novo, não poderia deixar de ser extenuante para Abreu. Uma pneumonia, apanhada em dia de maior fadiga, levou-o á cama por 41 dias, em março de 1859. Durante este tempo fechou a Biblioteca, inconveniente que o bibliotecário procurou remediar, logo que retomou o serviço, em 25 de abril, solicitando de novo á Câmara o auxiliar, que a lei lhe permitia. Em 30 do mesmo mês resolveu a vereação aceder ao pedido, não propondo ao Govêrno o empregado que a lei determinava, mas nomeando por sua conta um moço de boas letras, que Abreu muito estimava, com o titulo de *guarda-sala* e com o ordenado de 80\$000 reis anuais. Satisfeito o bibliotecário com a nomeação, recomeçou a sua tarefa, mas pouco lhe durou o auxilio, pois que, entrada nova vereação em 1860, Delfim Maria de Almeida deixou de receber o pequeno ordenado que lhe fôra atribuido, mantendo-se, a-pesar disso, até ao mês de agosto nos trabalhos da Biblioteca, sem remuneração alguma. Rodrigues de Abreu insistiu com a Câmara para que se fizesse a nomeação dum 2.º bibliotecário, indispensavel para que o estabelecimento continuasse em uso do público, mas a vereação, porém, responde-lhe em 5 de janeiro de 1861 que tal nomeação é facultativa e não obrigatória, tendo a Câmara resolvido representar ao Govêrno que a exonerere dos encargos da Biblioteca, porisso que melhoraram as circunstâncias do tesouro público.¹ Tal representação foi efectivamente remetida em 28 de junho,

¹ Relatório do bibliotecário ao Conselho de Instrução Pública em 30 de set.º de 1860.

tendo a mesma sorte que as enviadas por quase todas as vereações anteriores, que sempre julgaram pesada a pequena despesa da Biblioteca.

Em 29 de agosto desse ano, foi a Biblioteca visitada pelo rei D. Pedro V, acompanhado pelo infante D. João, pelo Ministro das Obras Públicas, pelo Marquez de Sousa Holstein e pelos Condes de Alcaçovas e de Breitandos, além doutros de que não falam os registos da Biblioteca. Passando o monarca da galeria dos leitores para os cubículos dos Oratorianos, onde muitos milhares de livros estavam empilhados, e ouvindo os queixumes do bibliotecário, contra o desleixo de passadas Câmaras Municipais, que não cumpriram a lei que ordenava o *imediato estabelecimento e conservação* da Biblioteca, uma circunstância imprevista veio mostrar a verdade das acusações de Abreu. O soalho, velho e carcomido, rompeu-se debaixo dos pés do rei, ficando este com uma perna entalada nas tabuas carunchosas. Lucrou a Biblioteca com o desastre, porque, na ocasião, o Ministro das Obras Públicas se comprometeu a mandar desfazer os cubículos, que seriam transformados em amplas salas, promessa que só foi cumprida muito tempo depois.¹

Em 1862, quiz a nova Câmara usar da faculdade de propôr ao Governo a nomeação dum 2.º bibliotecário, não em atenção á exigencia do serviço da Biblioteca, mas por conveniencia de servir um amigo, que então defendia a politica dos camaristas e do Governo progressista na imprensa local. Para isso foi enviada a Rodrigues de Abreu, em 3 de outubro, uma proposta, para que, nos termos da lei, tivesse o acôrdo do bibliotecário. O voto de Abreu não podia deixar de ser para

¹ Informação do falecido continuo Manuel José Lopes, que servia já nessa epoca.

Delfim de Almeida, que, com nobre isenção, tinha servido na Biblioteca durante 16 meses. Presumindo-o, a vereação não esperou resposta ao officio de 3, e, no dia seguinte, Gonçalo Antão de Macedo Sá e Abreu era nomeado 2.º bibliotecário, por Alvará do Governador Civil. Era manifestamente ilegal a nomeação, e, como Abreu se negasse a dar pòsse ao nomeado, o Governador Civil fez subir a proposta ao Govêrno, como tendo o acôrdo do bibliotecário. Este, porém, só no dia 9 enviou á Câmara o seu parecer, que não mereceu a menor atenção, sendo, por decreto de 15, mantida a nomeação. Este proceder maguou o velho bibliotecário a ponto de solicitar a sua exoneração ao general José Gerardo Ferreira Passos, então governador civil e militar de Braga.¹ A urgencia da nomeação, dizia a Câmara, derivava das continuas interrupções que o uso da Biblioteca sofria, pela falta de pessoal.

A aprendizagem de Gonçalo Antão era a miudo interrompida, com as faltas deste funcionário, faltas que Abreu maguadamente registava. Dentro em pouco, porém, o velho bibliotecário perdia o auxiliar, pela licença que, em outubro de 1865, lhe foi concedida para frequentar a Universidade de Coimbra. O funcionamento da Biblioteca tornou-se daí por diante muitíssimo irregular. Abreu, com 72 anos, mal podia suportar a fadiga do serviço, mórmente depois que o seu padecimento reumático se agravou com uma queda infeliz, em agosto de 1864, provocadora de grande froixidão na perna direita, que o impedia de manter-se em pé por muito tempo.

¹ Achavam-se suspensas as garantias constitucionais no distrito de Braga, em consequência da revolta de 15 de setembro, tendo vindo o general Passos governar o distrito com poderes discricionários.

Pela portaria de 4 de setembro de 1866 eram concedidos ao município de Guimarães, para organização de uma biblioteca, duplicados das coleções de Braga, que Abreu com sacrificio separou e fez enviar, sem que, a favor do estabelecimento que dirigia, deixasse de notar ao Govêrno que as obras duplicadas se destinavam, pela lei de 2 de dezembro de 1844, a ser trocadas ou vendidas, applicando-se o produto a compra de novas obras. Para que não viesse nova exigência, tanto mais que a Câmara de Espozende já solicitava cedência igual á de Guimarães, Rodrigues de Abreu organizou, nos intervalos em que o agravamento de sua doença lhe permitia ir á Biblioteca, um catalogo de obras repetidas, para serem trocadas, segundo uma proposta dos livreiros franceses Rey & Belhate, ou vendidas nos termos da lei. Foi este o ultimo dos seus trabalhos na Biblioteca. Em junho de 1869 chegou a tal ponto de inchação a perna doente, que, depois de largo e forçado repouso, só com o auxilio de muletas pôde sair, sendo forçoso que o ajudassem a subir as escadas.¹ Era tal o amor ao estabelecimento que criara, que, com pesado sacrificio, se arrastava á Biblioteca, para concluir as relações de livros duplicados, até que, em 4 de dezembro, uma congestão cerebral o colheu nesta tarefa, vindo a falecer no dia 6 ás 10 horas da manhã, com 76 anos de idade.

Durante perto de 29 anos e meio trabalhou afanosamente, não se cansando de solicitar, de suplicar em estirados officios e em longos relatórios os melhoramentos de que carecia a Biblioteca, protestando sempre, nos documentos officiais e na imprensa, contra o perigo a que estava exposta, com muitos fôcos de in-

¹ Relatório de 1864 e cartas ao Governador Civil de 9 e 19 de junho e 24 de julho de 1869, tudo do punho de Abreu.

endio no seu seio, que por largo tempo se mantiveram, e alguns ainda mantem, sendo um milagre a sua actual existência, tais as crises de desprêso e de abandono, que se seguiram á sua morte.

Para evitar maiores desinteligências, que visavam prejudicar a Biblioteca, Rodrigues de Abreu deixou a partir de 1847 de requisitar á Câmara Municipal material de expediente, tirando do seu pequeno ordenado as verbas precisas para despesas miúdas, e ligeiros concêrto nos telhados do edificio, não fosse a chuva ajudar os homens na sanha de destruir a obra a que tanto se devotára. Gastando os dias a fio, de manhã á noite, no serviço da Biblioteca, foi êle o primeiro dos bibliotecários portugueses que teve a compreensão da sua função social, estudando e resolvendo problemas práticos de biblioteconomia, auxiliando com seu saber e experiência os novos, que procuravam instruir-se na velha capital do Minho, e que recorriam ao bibliotecário como o mais seguro dos mestres.¹ Muitos, ainda hoje vivos, recordam com simpatia esse venerando velho, «alto, de rosto claro e comprido, nariz proeminente, olhos escuros e a fronte espaçosa, coroada de alvissimas cans»,² que prodigalizava ensinamentos carinhosos a quantos dele se acercavam. Dentre estes destaco o sr. Alberto Pimentel que, no seu primeiro romance — *Idyllios á beira d'agua* — escreveu: «O auctor deste livro reiteradas vezes teve a felicidade de, na sala da biblioteca bracarense, ouvir a palavra sem-

¹ Cf. Raúl Proença — Um bibliotecário português dos meados do sec. XIX — in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. I, n.º 1 e Pinheiro Chagas — *Diccionario Popular* — I, 24.

² Soares Romeu J.º — Manoel Rodrigues da Silva Abreu — Lisboa, 1870.

pre fluente e amena de Rodrigues Abreu. Infundia respeito vêr levantar-se aquele busto venerando, coberto de cans, dentre montões de livros a que êle chamava a sua *familia*.» Carinhos e affectos de pae teve êle, efectivamente, para os livros da Biblioteca. Sacrificou-lhes a saúde e até a propria vida.

Para que a Câmara Municipal não achasse exauros nas despesas de incorporação das 20 livrarias monásticas do distrito, Rodrigues de Abreu reduziu por tal fôrma os gastos a fazer, que as suas contas revelam prodigios interessantes. Recolheu ao edificio dos Congregados, a juntar aos 5:000 volumes da livraria daquela casa, os livros do Carmo, Falperra, S. Fructuoso, Populo e Tibães, do concelho de Braga; os de S. António dos Capuchos, Casa da Cruz, Costa, S. Domingos e S. Francisco, de Guimarães; Franqueira, S. Francisco, Palme e Vilar de Frades, de Barcelos; Rendufe e Bouro, de Amares; Arnoia, de Celorico de Basto e Refojos e Colégio de S. Bento, de Cabeceiras de Basto, com que se constituiu o fundo inicial da Biblioteca, trazendo consigo a maior parte das estantes daqueles conventos, gastando em tudo menos de 150\$000 reis!

Os catálogos e indicadores que organizou, segundo a fôrma descrita nas suas — *Novidades Bibliothheconómicas, Braga, 1863* — estiveram em uso até 1909, apenas com os acrescimos que os sucessores lhe introduziram.

Por decreto de 18 de dezembro de 1869, publicado no *Diário do Governo* de 22 do mesmo mês, foi Gonçalo Antão promovido a 1.º bibliotecário, continuando, todavia, em Coimbra a frequência do 5.º ano juridico. A Biblioteca cerrou as suas portas até 20 de janeiro de 1870, em que entrou em exercicio como 1.º bibliotecário interino, o conego da Sé António Lopes de Figueiredo, nomeado por portaria do Ministério do Reino, de 7 do mesmo mês, Figueiredo serviu só até fins de junho,

pelo regresso de Gonçalo Antão, não deixando vestígios de si na Biblioteca.

Durante a administração de Gonçalo Antão adquiriu a Biblioteca bastantes livros novos, com o produto da renda da cêrca dos Congregados, acumulada desde 1845 nos cofres do município, e com o dinheiro resultante de dois leilões de livros duplicados, realizados em novembro de 1871, segundo o catalogo organizado por Rodrigues de Abreu, impresso em 1870, em Braga, na Tipografia Lealdade, da rua de S. João.

Gonçalo Antão empregou bastantes esforços para obter melhoramentos materiais para a Biblioteca, mostrando em varios officios o mau estado do edificio, e provocando a portaria de 31 de março de 1871, que, entre outras disposições, determinou que parte do producto da venda de duplicados, fôsse applicada na organização de uma biblioteca popular, conforme ordenava o decreto de 2 de agosto de 1870 e regulamento de 20 de janeiro de 71. Esta parte, porém, não teve execução alguma.

Pouca actividade, entretanto, desenvolveu na continuação dos trabalhos técnicos da Biblioteca, já porque a doença o minava, já porque se consagrava de preferência á advocacia. Esses trabalhos entregou-os ao 2.º bibliotecário, Augusto Cesar de Gouvêa Valadares, nomeado por decreto de 19 de outubro de 1870. Este funcionário nada fêz de geito, sendo exonerado, a seu pedido, por decreto de 2 de julho de 1877, tendo-se ausentado do serviço, com licença, muitos meses antes. Para o seu lugar entrou Alberto Carlos Leite Pereira, nomeado por decreto de 30 de julho do mesmo ano.

Depois da morte de Gonçalo Antão, vitimado pela tuberculose em 20 de maio de 1878, foi nomeado António José da Cunha Viana, por decreto de 4 de junho seguinte, tomando posse em 15. Foi muitissimo curta a sua administração, não chegando a completar um



Galeria da Biblioteca em 1870 = No estrado o bibliotecário Gonçalo Antão



ano de serviço, pois foi exonerado a seu pedido em 5 de maio de 1879, para ocupar lugar de maior rendimento, se bem que menos conforme com o seu mérito e tendências literárias. Era um novo cheio de simpatias, jornalista e poeta, que Braga muito apreciou.¹ Nenhum traço ficou da sua passagem pela Biblioteca.

Sucedeu-lhe Joaquim Alves Mateus, bacharel formado em Teologia, cônego tesoureiro-mór da Sé de Braga, notável orador sagrado e uma das figuras de relêvo do partido progressista. Foi jornalista político, destacando-se em 1866, numa célebre polémica, a propósito de um artigo seu, em que o arcebispo Fr. Bartolomeu dos Mártires era acusado de «vil traição á Pátria», e em que se envolveu depois Camilo Castelo Branco.

Tomou posse do cargo em 30 de outubro de 1879, tendo sido nomeado por decreto de 1 do mesmo mês. Pouco se demorou na Biblioteca, pois sendo Deputado, que continuou a ser em sucessivas legislaturas, e depois Par do Reino, retirou para a capital em fins de dezembro, gastando-se sempre nos trabalhos parlamentares mais que nos da Biblioteca. Os intervalos das sessões das Câmaras, esses mesmos, passava-os mais na sua quinta de Santa Comba-Dão que em Braga. A Inspeção Geral das Bibliotecas conhecia a situação irregular do bibliotecário, porque, a cada passo, perguntava se Alves Mateus estava em Braga ou em Santa

¹ Quando entrou para a Biblioteca tinha já publicado um volume de versos — *Relampagos, Porto 1874* — que a critica recebeu favoravelmente. Os jornais de Braga publicaram muitas das suas produções, sendo feita uma linda edição da poesia que recitou no Teatro de S. Geraldo, por ocasião do centenário de Camões. Morreu novo, deixando um volume pronto para imprimir, que infelizmente se perdeu.

Comba, em notas que existem na secretaria da Biblioteca. Por vezes o bibliotecário envergonhava-se do abuso, e recebendo de Braga a correspondência oficial, de Santa Comba enviava a Braga a resposta a dar, com a nota de ter «estado retardada no correio por alguns dias».

Desde 1879 a 87 a falta do 1.º bibliotecário foi suprida com vantagem, pelo zêlo e cuidadoso serviço do 2.º bibliotecário Leite Pereira. Este funcionário, que deixou a Biblioteca para ocupar o lugar de oficial do Governo Civil, foi um grande trabalhador. Fez a revisão dos catálogos antigos e por suas mãos continuou a organização desta casa, procurando solicitamente o aumento das respectivas colecções. O seu trabalho ainda hoje presta serviços. Sendo exonerado a seu pedido em 20 de março de 1887, foi nomeado para o lugar Henrique Augusto Rouffe, por decreto de 7 de abril. Nem qualidades de trabalho, nem competência, nem ainda a honestidade precisa para o cargo tinha este funcionário. Nas ausências de Alves Mateus, a Biblioteca fechava-se a maior parte dos dias, porque Rouffe imitava o chefe. O conhecimento destas irregularidades, forçou o bibliotecário a trabalhar um pouco na catalogação, e a permanecer algum tempo mais em Braga, nas folgas dos trabalhos parlamentares.

Em 5 de outubro de 1887 visitou a Biblioteca o conselheiro José Luciano de Castro, então presidente do ministério, e que a Braga viera acompanhar a familiar. Alves Mateus aproveitou a visita do seu chefe político para lhe pedir a conclusão e aumento das instalações da Biblioteca, que continuava abandonada pela Câmara Municipal, a despeito dos insistentes pedidos de reparações urgentes, que se não faziam, com dano das especies aqui guardadas. Êle mesmo Alves Mateus tinha alvitrado em 1880 a venda da cêrca, para com o seu produto se fazerem as obras necessárias. José Lu-

ciano exarou no livro dos visitantes a promessa «de auxiliar quanto pudesse» os desejos do bibliotecário, que consistiam em fazer passar para o Estado os encargos de conservação e obras materiais da Biblioteca, e ainda o aumento de sua dotação.

Pela reorganização das Bibliotecas e Arquivos Públicos, decretada em 29 de dezembro seguinte, cumpriu José Luciano parte do prometido, elevando a dotação da Biblioteca, que, pela lei que permitiu a reorganização da Biblioteca Nacional, de 11 de julho de 1863, era apenas de 50\$000 reis anuais, consignados no artigo 2.º, mas que só em 1884 foi recebida. O restante da promessa foi também cumprido mais tarde, iniciando-se as obras para aumento da Biblioteca, e dando-se-lhe uma entrada independente do Liceu, em meados de 1890, ficando concluídas, depois de uma larga interrupção, nos fins de 1896, passando, de então para cá, as despesas de conservação para a Direcção das Obras Públicas do Distrito.

Foram estes os serviços que a Biblioteca ficou a dever a Alves Mateus, se bem que pequenos em relação ao que poderia ter-lhe feito, quem, como êle, gozou de prestígio e valor dentro de um partido político e no proprio parlamento, e insignificantes comparados com os prejuizos causados pelo abandono a que votou o seu cargo.

Pela mesma reorganização de 87, Rouffe passou á categoria de amanuense, categoria ainda assim superior aos merecimentos que possuia. A partir de 1889 o desleixo subiu a tal ponto, que não mais se registou correspondência entrada ou saída. As estatisticas do movimento faziam-se ao acaso, mentindo-se sempre para dar a impressão de que a Biblioteca funcionava com regularidade. Rarissimas vezes, porém, a Biblioteca se conservava aberta durante todas as horas regulamentares, fechando até meses inteiros, na época de

verão. Eu, que então frequentava o Liceu de Braga, tive inúmeras ocasiões de o verificar.

O período de administração de Alves Mateus, e o que se lhe seguiu, foram de descalabro e desorganização. No acréscimo da galeria e nas novas salas, encheram-se as estantes ao acaso, não se respeitando sequer a distribuição metódica, que Abreu deixára. Na sala resultante da transformação dos cubículos do claustro, os livros ficaram a apodrecer em grandes pilhas, por falta de estantes.

Dissemos já que o salão da Biblioteca é dividido em dois corpos; pois só no inferior se fez algum trabalho de catalogação, mas por forma tal que poucos serviços poderia prestar. Nas restantes salas, incluindo a dos manuscritos e reservados, só as mãos dos curiosos mecheram, com o intuito de encontrar alguma peça apetecida. Foi assim que a Biblioteca perdeu centos de valiosíssimas espécies: livros raros, manuscritos e incunabulos, desaparecidos durante a administração de Alves Mateus. Emprestavam-se livros, de que se não fazia registo algum, outros eram roubados.

Em 24 de dezembro de 1901, era decretada nova reforma das Bibliotecas Nacionais, que em nada modificou a situação da Biblioteca de Braga. Por essa reforma tinha a Biblioteca para compra de livros 300\$000, porém essa verba era quase toda absorvida em Lisboa, não entrando na Biblioteca, remetidos pela Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos, valor superior a 60\$ anuais. Na remodelação feita pela lei de 27 de junho de 1903, conseguiu Alves Mateus que lhe fossem dados 200\$000 anuais, a título de serviços de catalogação.¹

Em 29 de agosto faleceu o cônego Alves Mateus, na

¹ Boletim das Bibliothecas e Archivos Nacionaes, 1903, página 239.

sua casa de Santa Comba. Vários livros da Biblioteca tinham para lá sido levados pelo bibliotecário, motivo porque ali foi o amanuense Rouffe para os recolher. A falta de carimbo nos livros, e a fôrma como a diligência foi cumprida, veio ainda juntar um novo desfalque aos muitos já sofridos.

A Alves Mateus sucedeu o bacharel José Júlio Martins Sequeira, então presidente da Câmara Municipal de Braga, sendo nomeado por decreto de 19 de setembro de 1903. Entrou em exercício sem ter tomado posse legal do cargo, pois nem a esse trabalho se quiz dar.

Tinha a sua residência na freguesia de Parada, a 5 quilómetros de Braga, sendo tão raros os dias em que entrava na Biblioteca, e, quando o fazia, era por tão pouco tempo, que pôde afirmar-se que não teve ocasião de tomar, sequer, conhecimento das existências do depósito que lhe fôra confiado.

O amanuense Rouffe continuava com o hábito que adquirira no tempo de Alves Mateus, estando assim, e com geral protesto, a Biblioteca sequestrada ao uso público. Um só homem procurava cumprir o seu dever: era o contínuo Manuel José Lopes. Nomeado em 1861, tinha recebido uma boa educação profissional, pelo exemplo e pela lição de Rodrigues de Abreu, que lhe soube inocular o amor ao livro, mantendo-se no serviço desta casa durante 58 anos,¹ sempre com zêlo e cuidadosa vigilância. Já velho e muito surdo, prestava ainda muito bons serviços, pois era um *catálogo vivo*, que todos utilizavam. Vivendo com a misérrima remuneração de 100\$000 reis anuais, nem porisso a sua comprovada honestidade sofreu abalos, antes salvou a Biblioteca, que, sem êle, talvez desaparecesse pela desonestidade dos outros.

¹ Faleceu no dia 1 de maio de 1919.

Continuando Sequeira na sua quinta de Parada, sendo necessário que o velho continuo ali lhe levasse as folhas, e os vencimentos do lugar que usofruia como sinecura, começou Rouffe a dispôr da Biblioteca como de coisa sua, vendendo a livreiros e a particulares os livros que estes lhe indicavam. Conhecedor da austeridade do continuo, procurava iludir a sua vigilancia, distraindo-o para serviços exteriores, fazendo nesta ocasião sair o roubo. Já durava o desfalque algum tempo, quando, em 1908, a memória de Manuel José Lopes notou a falta de volumes, que suas mãos tinham muitas vezes tocado. Ficou de atalaia, e colheu o amanuense em flagrante delito de furto. Correu a Parada comunicar o facto ao bibliotecário, que se limitou a participá-lo á Inspecção das Bibliotecas, e ao Administrador do Concelho, correligionário e amigo dos dois. O Administrador do Concelho fez aprehender ao alfarrabista Cunha, da rua do Anjo, dois volumes da *Chronica da Conceição*, de Fr. Pedro de Jesus Maria José e a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado. Era tudo quanto restava ainda por vender. Nenhuma outra diligência se fez, nem para apurar as responsabilidades, nem, ao menos, para fazer voltar á Biblioteca um grande numero de volumes, cuja falta foi desde logo notada pelo continuo Lopes.

Entretanto divulgou-se o escândalo na cidade, sem que, ainda desta vez, conseguisse trazer Júlio Sequeira ao cumprimento de seus deveres. ¹ Dias depois vinha a

¹ Pouco tempo antes, Mota Júnior, muito conhecido na cidade pelos expedientes e pela alcunha de *Tôta-Môta*, filho do célebre patuleia José Mota, fizera publicar na *Vanguarda* uma carta, em que alguns destes factos eram relatados. Essa carta pôde vêr-se nos — Apontamentos históricos sobre Bibliotecas Portuguezas — publicados pelo sr. Alvaro Neves, no *Boletim Bibliografico da Academia das Sciências de Lisboa*, vol. I, 2.^a série, assim como

Braga o Inspector Gabriel Pereira, sendo preciso que o continuo fôsse a Parada chamar o bibliotecário, para dar conta de seus actos ao superior. Gabriel Pereira, fraco e contemporisador, a par das distintissimas qualidades que possuia, e que marcaram lugar de destaque nos serviços bibliotecários portugueses, contentou-se aconselhando a marcação dos livros e a organização de novo catálogo. Não sabemos se a sua acção foi mais longe, se bem que Rouffe não mais entrásse na Biblioteca.

Mais decisiva foi a Câmara Municipal, presidida pelo sr. dr. Domingos Soares, negando-se satisfazer os vencimentos dos dois serventuários: um por infiel, outro impondo-lhe a obrigação de pessoalmente receber na tesouraria municipal. Como Sequeira teimava viver em Parada, com a protecção do Visconde da Torre, chefe regenerador local, deixou tambem de os receber.¹

Pouco depois era proclamada a República, e logo na sessão municipal de 21 de outubro de 1910, o presidente da comissão administrativa sr. dr. Domingos Pereira, aludindo aos factos ocorridos na Biblioteca, em que um empregado, que desviou livros, estava afastado do serviço sem outro procedimento, e á falta de assiduidade do respectivo bibliotecário, que permitiu

outra que completa informações da primeira. O autor, porém, ainda que referindo verdades, não tinha autoridade moral para falar, pois era do numero daqueles que ajudaram a empobrecer a Biblioteca pelo roubo de livros.

¹ O Visconde da Torre, informado do escândalo, escreveu a Rouffe censurando-o e prometendo-lhe a aposentação. A resposta de Rouffe, interessante para o conhecimento da sua personalidade moral, foi a seguinte, segundo referiu o mesmo Visconde: «O facto deu-se, mas devo declarar a V. Ex.^a que nessa ocasião fui cumprimentado pelas pessoas mais gradas desta terra.»

assim aquele desvio, propoz com a aprovação da vereação, que se representasse ao Governo Provisório pedindo a demissão dos dois serventuários da Biblioteca, salientando a acção do continuo, único empregado que merecia a conservação no lugar.¹

Depois da visita de Gabriel Pereira começou Sequeira nova catalogação, pedindo á Inspecção para lhe mandar «um livro onde pudesse vêr o método de Brunet». Tal era a sciência deste funcionário, que, em 6 anos de permanência na Biblioteca, finava-se por ali em conhecimentos de biblioteconomia.

O bibliotecário fez, entretanto, uma catalogação original e até interessante pelos resultados negativos. Para se encontrar em tais catálogos uma obra conhecida, era necessário gastar horas, a não ser que uma grande felicidade favorecesse a pesquisa. E este serviço, ainda assim, fez-se na quinta de Parada, para onde se carreavam os livros, no fundo do trem do bibliotecário! No segundo corpo de estantes continuava a existir o caos.

Por decreto de 14 de novembro de 1910 foram demitidos os dois funcionários, Sequeira e Rouffe, sendo substituídos, respectivamente, pelo bacharel Joaquim José de Oliveira e António Menice Malheiro.

Joaquim de Oliveira permaneceu muito pouco tempo na Biblioteca, sendo exonerado, para ocupar o cargo de conservador do Registo Civil, por decreto de 3 de abril de 1911.

Por decreto da mesma data fui eu nomeado bibliotecário, tendo tomado pösse e entrado em exercicio em 10 do mesmo mês.

Iria longe pormenorizando o que tive a fazer. Basta afirmar que foi necessário organizar de novo, e com

¹ Livro das Actas da Câmara Municipal, de 1910-11.

cuidado, todas as secções. Num gabinete destinado ao bibliotecário encontrei uma larga estante atulhada de manuscritos, alguns livros raros e uma multidão de publicações oficiais, jornais e folhetos, tudo numa confusão, numa baralha indescritível. Como a estante estivesse cheia, aproveitou-se um banco comprido para o mesmo serviço, tendo já uma altura considerável, tudo isto coberto por uma camada de pó, de grosso lixo, que encobria por completo as capas das publicações. O resto do edificio, pouco ou nada mais limpo se encontrava. Nem era de admirar, porque a verba destinada á limpeza e á manutenção distribuia-se equitativamente pelo amanuense e pelo continuo.

Depois de um extenuante trabalho de arrumação, para que a Câmara Municipal forneceu um assalariado, fizeram-se estantes para uma sala onde os livros jaziam empilhados desde o tempo de Abreu. Dali foram retirados grandes montões, completamente apodrecidos pela chuva, que abundantemente entrara na-quele desprezado aposento. Concertados os telhados, pelo esforço do sr. Dr. Manuel Monteiro, então Governador Civil, pensei em fazer uma ligação interior, que não existia, entre os dois grandes salões. Foi ainda este illustre magistrado, cuja acção governativa se assinalou em favor deste estabelecimento, que muito frequentava e a que era devotadissimo, quem conseguiu do Govêrno a necessária verba para aquella obra, determinando por seu Alvará de 14 de novembro de 1911, que a Irmandade das Dôres, dos Congregados, entregasse á Biblioteca uma sala indispensável para a ligação. Nessa sala coloquei a secção de manuscritos e reservados.

Tendo feito entrar na Biblioteca os livros que foram apreendidos pela Administração do Concelho, e que ainda ali se encontravam, promovi, por acôrdo da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, a en-

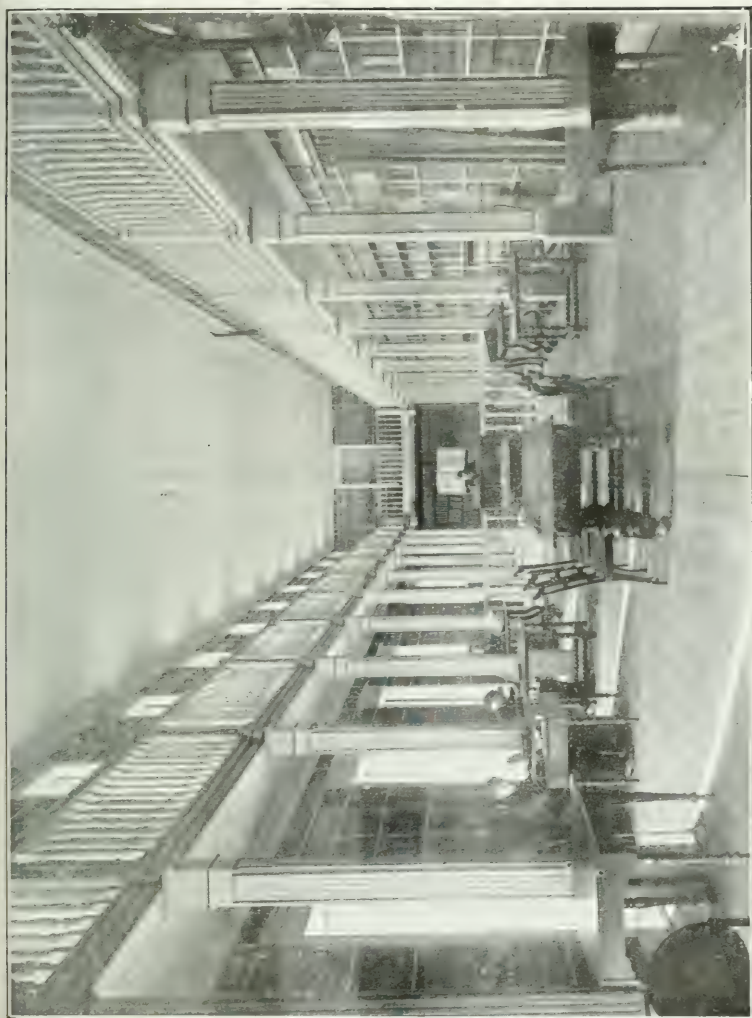
trada de algumas especies desaparecidas no tempo de Sequeira, tendo, para isso, colhido informações do próprio Rouffe, com indicação das pessoas a quem vendera livros. Pouco resultado deu, porém, esta diligência.

Por virtude da supressão das casas congreganistas, foi a Biblioteca enriquecida com as livrarias da Residência de S. Bernabé (Jesuitas) e de Montariol (Frades menores da Provincia de Portugal). Esta última, bastante valiosa, tinha sido em parte destruida e muito desfalcada por uns batalhões de infantaria 5 e 18, que aquartelaram no convento por ocasião da incursão monárquica de 1911, recolhendo apenas á Biblioteca o que a fúria dos soldados poupou.

Pela execução da lei de Separação entraram também na Biblioteca os livros do Seminário Conciliar¹ e do Paço arquiiepiscopal. A livraria do Paço, valiosa e notável em encadernações, mandadas executar pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1789), foi quase destruida por um incêndio em 1866, sendo de pouco valor, e composto de obras na maior parte truncadas, o espólio recebido pela Biblioteca.

Antes destas incorporações já o edificio era acaanhado e insufficiente para uma regular arrumação, tornando-se depois impossível qualquer trabalho, pela acumulação de livros, outra vez empilhados por absoluta necessidade. Junto da Biblioteca havia terreno de sobra para uma ampliação e nela pensei insistentemente. Em 1915 quiz a fortuna que o Dr. Manuel Monteiro fôsse Ministro do Fomento, e a êle recorri para a rea-

¹ A livraria do Seminário tinha sido, na sua maior parte, organizada com duplicados da Biblioteca Pública, (V. pag. 49) nada interessando que esses volumes aqui voltassem, motivo porque propuz a sua entrega ao Seminário, entrega que foi autorizada em 28 de julho de 1916.



Estado actual da Galeria da Biblioteca



lização daquele pensamento. Obtido favorável despacho, foi a obra dotada por aquele grande amigo da Biblioteca, começando logo a construção de um corpo de três pavimentos, com 168 metros quadrados cada um. A alta de preços, que principalmente agravou os materiais de construção, não permitiu a conclusão do projecto, pois exgotada a verba concedida, nenhum outro Ministro dotou esta obra de indiscutível necessidade. A Biblioteca continuou assim pejada de volumes sem arrumação conveniente. Procurei remediar um pouco êste mal, cortando transversalmente a linda galeria com estantes provisórias, de pinho, obtidas da livraria de S. Bernabé, suficientes para a colocação de cêrca de 3:000 volumes.

A Biblioteca e o Liceu continuavam, entretanto, a ser vizinhos incômodos. Ambos com necessidade de alargamento de instalações, ocupando a Biblioteca toda a parte exposta ao sul, com sol e humidade em demasia, numa situação absolutamente imprópria e condenada por todas as regras e principios; colocado o Liceu a norte e leste, sem dependências precisas para os gabinetes, e com as aulas voltadas ao norte, frias e pouco iluminadas, tudo aconselhava a transferência dum ou doutro estabelecimento. E' certo que a mudança duma Biblioteca, com cêrca de 50:000 volumes, era um problema mais difficil do que a deslocação do Liceu. O conselho escolar deste último estabelecimento entendeu, porém, representar ao Govêrno, pedindo a transferência da Biblioteca, indicando para sua nova instalação o enorme edificio do antigo Paço arquiiepiscopal. A solução então apontada não convinha, porque aquele velho casarão nenhuma condições reunia para tal fim. Seria necessário gastar uma soma avultada para o tornar capaz, e isso era quase impraticável.

Pelo decreto n.º 4:011, de 28 de março de 1918, foi creado um Museu em Braga, sendo cedido ao Ministé-

rio de Instrução Pública aquele edificio para sua instalação.

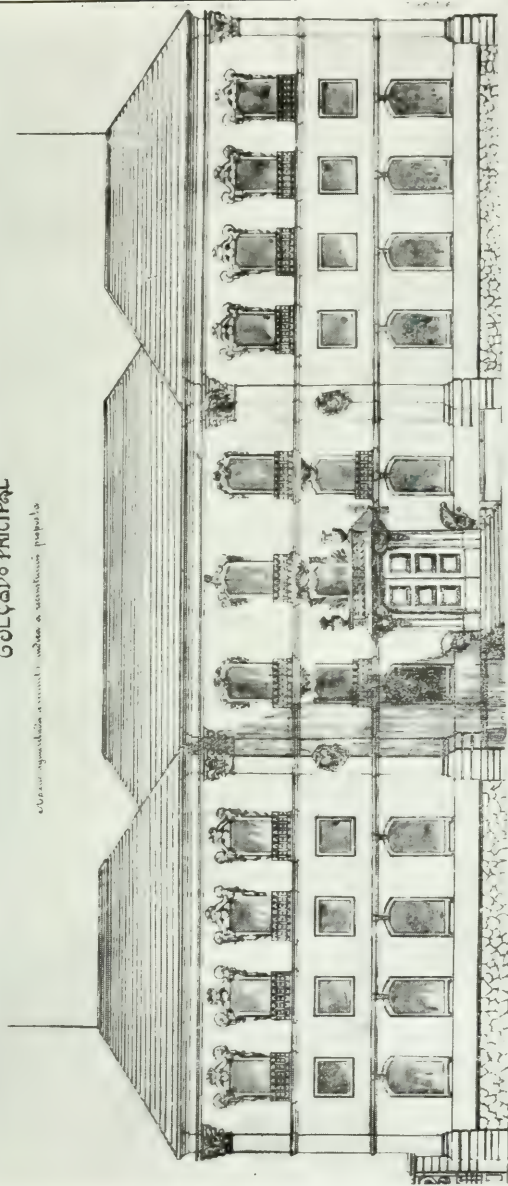
O velho Paço tinha sido ampliado com um novo palácio, em estilo *rocaille*, muito sóbrio e muito elegante, pelo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), com uma linda fachada voltada para a Praça Municipal, em frente aos Paços do concelho. Ali habitara D. Miguel com a sua côrte, assistindo das varandas ás corridas de touros, que no campo fronteiro se fizeram em sua honra,¹ e para ali foi depois de 1834 a Prefeitura do Minho, e depois o Govêrno Civil e várias repartições distritais. Um incêndio destruiu parte do edificio na noite de 15 de abril de 1866, sendo, mais tarde, em 1871, demolida a parte queimada. Durante largos anos aquelas ruínas tem atestado o desleixo e pouca largueza de vistas dos bracarenses. A apeada pedraria foi inteligentemente guardada, motivo porque não seria dispendiosa a sua reconstrução. Tornando-se preciso reedificar, em parte, nenhum outro edificio melhor para a Biblioteca: largueza de espaço, situação topográfica, espessura de paredes e outras qualidades, que, bem aproveitadas, dariam uma bela instalação. Assim o comuniquei ao conselho do Liceu, e, conjugando esforços, aproveitei o ensejo da permanência do sr. Dr. Alfredo Machado, ilustre bracarense e antigo reitor do Liceu desta cidade, como chefe de gabinete do Ministério de Instrução, para que se conseguisse a mudança da Biblioteca.

Pela portaria n.º 1:428, de 29 de junho de 1918, foi efectivamente o assunto regulado. Era preciso, no en-

¹ A Praça Municipal, que serviu para a realização do divertimento favorito daquele principe, ficou depois designada pelo nome de *Campo dos Touros*. Ainda hoje muita gente assim lhe chama.

GOLÇADO PRINCIPAL

Edifício destinado a servir a cultura e a recreação popular



Fachada principal do edifício destinado á nova instalação da Biblioteca



tanto, o melhor: dinheiro para a obra. Esse problema foi resolvido por outro bracarense ilustre, o sr. Dr. Domingos Pereira, quando presidente do Ministério em 1919, fazendo publicar o decreto n.º 5:787 - 3 X, de 10 de maio daquele ano. Pouco faltará, portanto, para que a Biblioteca e o Arquivo Distrital anexo fiquem larga e convenientemente instalados.

Desde que a Biblioteca recebeu os documentos da Mitra Primacial e do Registo Geral, todas as cancelas foram poucas para ordenar aquelas colecções, que se encontravam em lastimoso estado. O pessoal, já no tempo de Abreu notado como insuficiente, manteve-se o mesmo até á criação do Arquivo Distrital em fins de 1917, tendo de tomar exclusivamente para mim aqueles serviços, o que fiz com prazer, pois satisfazia ao mesmo tempo uma tendência do meu espirito. Mas ficou com isso prejudicada a administração da Biblioteca.

A dotação para compra e encadernação de livros era quase nula: dependia do que a Inspeção queria mandar, e esta pouco mais mandava que o *Diário do Governo*. O rendimento da cêrca dos Congregados, que a lei de 1844 consignava á compra de novos livros, desaparecera, em virtude de um acôrdo feito pela vereação de 1888, em que se comprometia a dar á Biblioteca 50\$000 reis anuais, para que ali fossem construidas as oficinas da Escola Industrial. A construção ficou em menos de meio e a Biblioteca nunca recebeu nada. Por outro lado, sendo a Câmara Municipal obrigada ao fornecimento de material, foi desse encargo aliviada pela reorganização das Bibliotecas de 1911, que apenas lhe exigia a retribuição aos empregados. Depois disto não foi possível obter mais um centavo para aquele fim, o que, dentro em pouco, a transformaria em Biblioteca-Museu.

Eu sabia a maneira de resolver o problema, esperando apenas a oportunidade.

Em principios de 1918 foi nomeada uma grande comissão, presidida pelo sr. Dr. Júlio Dantas, para tratar da reorganização de todos os serviços bibliotecários. A essa comissão, por me ser pedido, enviei um relatório em que defendia e justificava as bases em que assentava a minha solução, e cujas principais eram as seguintes: 1.^a Passar para a Junta Geral do distrito as despesas do pessoal da Biblioteca Pública, continuando a seu cargo o Arquivo Distrital; 2.^a As verbas inscritas no orçamento municipal para despesas com a Biblioteca ficavam sujeitas, e seriam consignadas, em orçamentos futuros, para constituir dotação para a Biblioteca e Arquivo; 3.^a Aumento de pessoal.

Por motivos que desconheço, os trabalhos desta comissão não foram aproveitados, fazendo-se uma reorganização apressada, pelo decreto n.º 4:312, de 8 de maio de 1918, da autoria do sr. Fidelino de Figueiredo, então director da Biblioteca Nacional. Essa reorganização, se assim se lhe pôde chamar, interessava apenas Lisboa. A Biblioteca de Braga só não foi esquecida para lhe tirarem, em proveito das outras, os 200\$00 da catalogação, que desde 1903 recebia. Foi necessário solicitar do sr. Fidelino de Figueiredo a reparação, obtendo-se, não sem custo, a publicação do decreto n.º 4:646, de 14 de julho do mesmo ano, que remodelava os vencimentos e o quadro dos funcionários da Biblioteca, aumentando-lhe um servente, e restituía aquella verba.

Em 1919 occupava a presidência do Ministério, a seguir aos acontecimentos politicos de janeiro, o sr. Dr. Domingos Pereira, um bracarense que, entre todos os filhos desta terra, sempre se tem distinguido pelo carinho com que procura servi-la, sendo Ministro de Instrução o sr. Dr. Leonardo Coimbra, amigo desde os bancos universitários. Era a oportunidade, pois, de obter para a Biblioteca meios de a fazer progredir.

Efectivamente o decreto-lei n.º 5:787-3 T, de 10 de

maio, reorganizava todos os serviços da Biblioteca e do Arquivo Distrital, aumentando-lhe um bibliotecário, e regulando o provimento dos diferentes cargos, de modo a evitar, quanto possível, a intromissão de políticos na administração desta casa. Este salutar princípio foi, infelizmente, logo quebrado pelo próprio legislador. A dotação para material ficou a ser de 1:800\$00, escassa hoje pelas condições que atravessamos, mas ainda assim bastante para fazer o que dantes era impossível.

A Biblioteca possuía uma soma grande de brochuras, que dia a dia aumentava pela falta de verba para encadernações. Montou-se uma pequena oficina de encadernação, que, trabalhando ha dez meses, já encadernou cerca de mil volumes, no valor de 760\$00, com um gasto de 646\$55, incluindo o custo de máquinas, ferramentas, salários e materiais.

A par da encadernação funciona uma pequena tipografia, adquirida pela Junta Geral, para a impressão das publicações da Biblioteca e do Arquivo anexo.

Uma e outra das oficinas são dirigidas pelos dois serventes, que propositadamente escolhi, pelas atribuições que a lei me conferia, entre os mais habéis profissionais desta cidade. Ainda que ajudado um com pessoal assalariado, e gratificado outro por serviços além das horas regulamentares, é incontestável o beneficio colhido destas inovações.

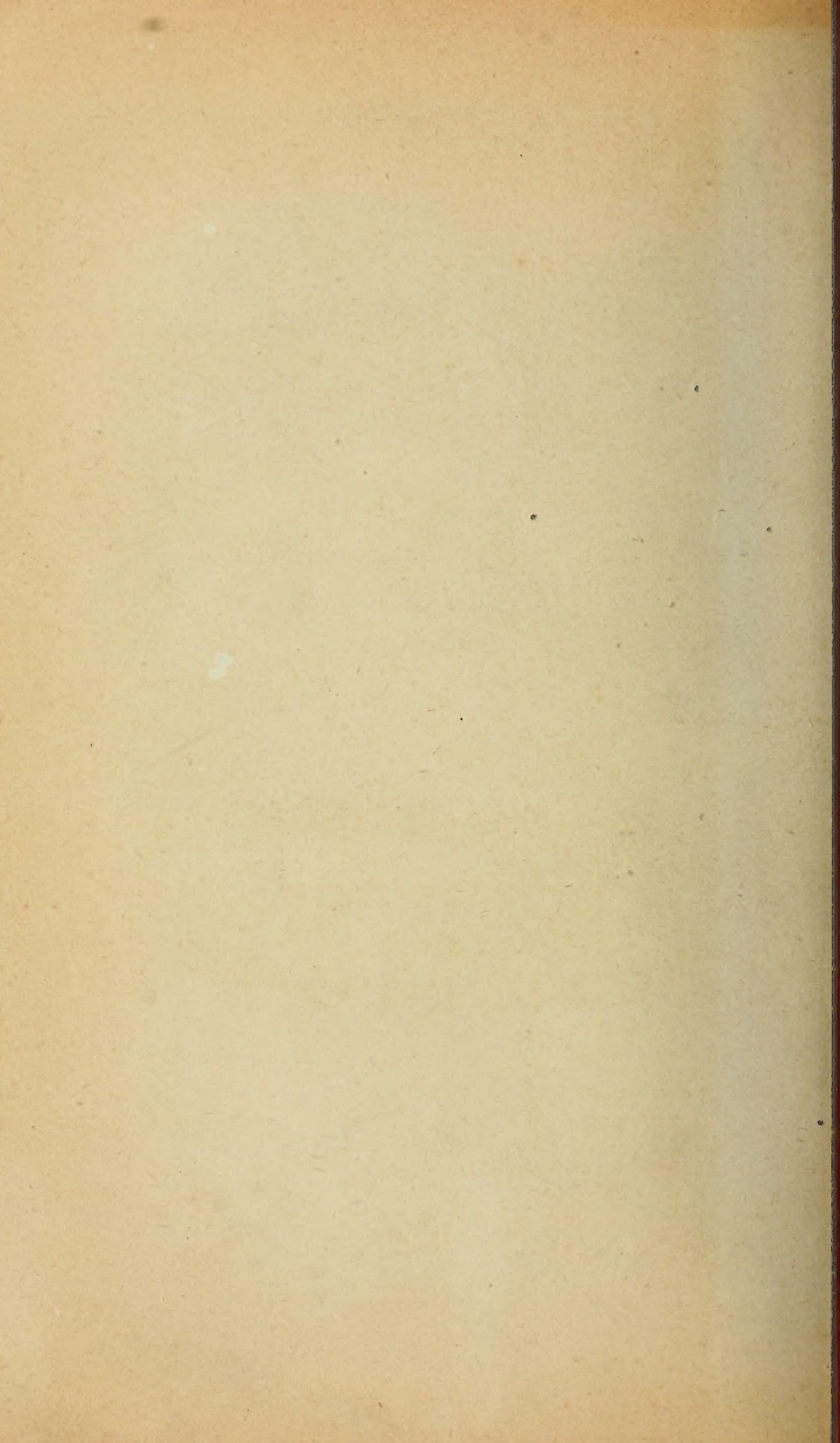
O movimento de pessoal, desde 1911 até hoje, foi o seguinte:

António Menice Malheiro, amanuense, exonerado por decreto de 19 de outubro de 1912; bacharel Francisco Lopes Teixeira, nomeado amanuense, precedendo concurso, por decreto de 22 de março de 1913; P.^e Manuel Pires Lage, antigo paroco pensionista, nomeado amanuense adido, nos termos da lei de separação, por decreto de 30 de abril de 1913, sendo exonerado por

decreto de 20 de novembro de 1915; bacharel Francisco Lopes Teixeira, promovido a conservador do Arquivo Distrital, por decreto de 7 de setembro de 1917; Gonçalo Lopes, nomeado contínuo do mesmo Arquivo, por decreto da mesma data; Ismael dos Desamparados Ferreira, nomeado amanuense interino, por decreto de 9 de janeiro de 1918; bacharel Alberto Feio Soares de Asevedo, bibliotecário, elevado a director pelo decreto n.º 4:646, de 14 de julho de 1918; Manuel Antunes de Faria, nomeado servente, por decreto de 24 de dezembro de 1918; Manuel José Lopes, contínuo, faleceu em 1 de maio de 1919; António Luis Gomes Moreira, nomeado bibliotecário, por decreto de 18 de junho de 1919; Carlos Alberto de Magalhães Vasconcelos, nomeado amanuense, por decreto da mesma data; José Rodrigues Viana, nomeado servente, por decreto de 8 de novembro de 1919; Gonçalo Lopes, contínuo do Arquivo, faleceu em 18 de fevereiro de 1920.

Este contínuo foi o último duma geração que serviu a Biblioteca desde 1846. O primeiro foi António Lopes Chéco, nomeado em 15 de julho de 1846, sucedendo-lhe seu filho Francisco José Lopes, nomeado em 1 de julho de 1853 e que, em 4 de janeiro de 1861, deixou o lugar a seu irmão Manuel José Lopes, que serviu até 1919, ficando o filho Gonçalo Lopes, até pouco tempo depois. Foram todos exemplares funcionários.

Desenvolvi, mais do que desejava, esta notícia sobre a Biblioteca da capital do Minho. Na minha administração, porém, encurtei o muito que poderia dizer sobre a forma como alicercei a reconstrução a fazer, para que este organismo desempenhe cabalmente a sua função social.



1865100

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 09 11 19 11 010 8